

LUIZ CARLOS SERRONE

CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE EM PORTUGUÊS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Lingüística da Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo M. G. dos Santos

CURITIBA

1992

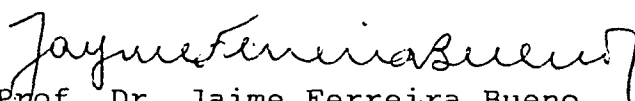
LUIZ CARLOS SERRONE

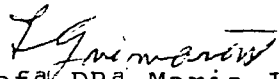
CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE EM PORTUGUÊS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Letras, à área de concentração: Linguística de Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador:


Prof. Dr. Geraldo Mattos Gomes dos Santos
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-UFPR


Prof. Dr. Jaime Ferreira Bueno
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-UFPR.


Prof.ª DR.ª Maria Ignez de Oliveira Guimarães
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-UFPR

Curitiba, 30 de abril de 1992

DEDICATÓRIA

Para a minha família,
pela inexaurível paciência
que tiveram durante todos
estes anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná; em especial ao Prof. Dr. Affonso Robl, ao Prof. Dr. Antônio José Sandmann, ao Prof. Dr. José Luiz da Veiga Mercer e, sobretudo, a meu orientador, Prof. Dr. Geraldo Mattos Gomes dos Santos. Sem eles, esta dissertação não teria sido produzida.

La simplification idéale consisterait à considérer un seul aspect comme essentiel et à expliquer autant qu'il est possible tous les autres aspects de l'objet observé par cet aspect simple. L'esprit scientifique exige que la complexité qui lui est offerte puisse être analysée de façon à permettre d'extraire un seul trait et à utiliser ce trait comme une clé pour l'ensemble.

LOUIS HJELMSLEV

RESUMO

RESUMO

A análise das locuções verbais sempre se apresentou problemática: o primeiro verbo da seqüência verbal é sempre auxiliar, formando o sintagma uma única oração? Em caso negativo, que critérios nos possibilitam elucidar tais questões? A essas perguntas, cruciais à referida análise, nunca se respondeu sem hesitação.

Esta dissertação, após historiar os trabalhos mais importantes neste campo, pretende demonstrar que há apenas dois verbos que, numa seqüência verbal, sempre são auxiliares, enquanto dois outros verbos também funcionam como auxiliares quando têm seu sentido original alterado. Tais conclusões foram possíveis graças à demonstração da existência de dois critérios gerais que explicam o funcionamento dos verbos auxiliares.

ABSTRACT

ABSTRACT

The verbal sequence analysis has always been seen as a problem: is the first verb of any sequence always an auxiliary one, forming just one sentence? If not, which criteria will help us to solve that problem? Nobody has ever answered to such questions — which are crucial to the mentioned analysis — without hesitating.

This Thesis, after listing the most important brain-works in this area, intends to demonstrate there are just two verbs that can always be analysed as auxiliary ones, while there are two other which can also be analysed the same way, only when their original sense is changed.

Those conclusions could be proposed thanks to the demonstration of the existence of two general principles that explain the functioning of auxiliary verbs.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ASSUNTO DA DISSERTAÇÃO	2
2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA	2
3. OBJETIVO	3
4. METODOLOGIA	4
5. HIPÓTESE	4
CAPÍTULO I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
1. AS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	7
1.1. - A distinção entre locução verbal e tempo composto	7
1.2. - O critério histórico-semântico	10
1.3. - O critério de comparação com outras línguas	11
1.4. - O critério sintático	12
1.5. - Crítica	13
2. A GRAMÁTICA GERATIVA	15
3. A GRAMÁTICA CONSTRUTURAL	15
4. UM ESTUDO INDEPENDENTE	16

4.1. - Introdução	16
4.2. - Critérios apresentados	16
4.3. - Critérios refutados	17
4.4. - Critérios aceites	25
5. AVALIAÇÃO	32
CAPÍTULO II - PRECISÃO DE CONCEITOS	33
1. VERBOS AUXILIARES E AUXILIANTES	34
2. LOCUÇÕES VERBAIS, FORMA PERIFRÁSTICA E TEMPOS COMPOSTOS	36
3. CRITÉRIOS ESCOLHIDOS	39
CAPÍTULO III - PROPOSTA DE UM MODELO	43
1. A NOÇÃO HISTÓRICA	44
2. O CARÁTER SEMÂNTICO	46
3. O CARÁTER PROSÓDICO	47
4. O CARÁTER SINTÁTICO	47
CAPÍTULO IV - INTERSECÇÃO DE CRITÉRIOS	68
CAPÍTULO V - VERIFICAÇÃO	71
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXO 1	86

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

1. ASSUNTO DA DISSERTAÇÃO

O estudo das locuções verbais da língua portuguesa sempre nos pareceu insatisfatório, seja pela superficialidade com que o tema tem sido tratado, seja pela diversidade de critérios adotados.

Assim, propomo-nos a enfrentar o desafio de, estudando as perífrases verbais, procurar determinar os verbos auxiliares e, mais que isso, estabelecer uma base segura para a auxiliaridade.

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

De há muito tempo que o suporte para o estudo e o ensino de locuções verbais tem sido a gramática tradicional, entendida como cada uma daquelas obras herdeiras dos princípios da gramática greco-latina. Embora seu ensino esteja hoje menos acentuado, continua a dominar a escola, já que as conquistas da Lingüística não obtiveram pleno alcance prático.

Além da escassez do material disponível sobre este tópico e da relativa superficialidade com que as gramáticas tradicionais o abordam, o que mais podemos obter ao nos debruçarmos sobre os livros que o analisaram? O que temos é uma profusão de critérios, muitas vezes inconseqüentes, e mesmo contraditórios, que, em vez de clarificar a análise, a tornam obscura e controvertida. As poucas tentativas bem sucedidas do

ponto de vista teórico têm, segundo nos parece, limitado alcance, ou porque o tratem dentro de um quadro teórico inadequado, ou porque o façam como um estudo tão somente semântico.

Essa é a situação que nos fez escolher tal assunto como objeto de nossa dissertação, a fim de que possamos contribuir de alguma forma para o estudo da gramática da língua portuguesa.

3. OBJETIVO

O presente trabalho pretende, em princípio, determinar os verbos auxiliares em português. Todavia, para que cheguemos a esse fim, teremos de examinar as perífrases verbais para, verificando-as, determinar se há base científica para se estabelecer critérios de auxiliaridade e, em caso positivo, listar os verbos auxiliares em português.

É nossa convicção que sintaxe e semântica constituem duas faces da mesma moeda, mas que aquela revela a última. Por isso tentaremos apontar as marcas sintáticas que sinalizam a locução verbal.

O tema é vastíssimo e nossa intenção não é, evidentemente, esgotá-lo, mesmo porque este trabalho é uma iniciação na pesquisa. Acreditamos que outros trabalhos, nossos ou alheios, poderão aprofundar os tópicos aqui delineados.

Finalmente temos que confessar a existência de um objetivo subjacente: possibilitar um ensino mais coerente deste assunto. Cremos que, sem esse propósito, qualquer estudo é vão.

4. METODOLOGIA

Para alcançarmos o escopo pretendido, iremos, de início, fazer um levantamento, embora não exaustivo, das diversas posturas existentes em alguns quadros teóricos que tratam do assunto.

Procuraremos apontar as várias posições da gramática tradicional, sistematizando-as. Na seqüência, veremos os principais estudos feitos no âmbito da gramática gerativa e no da construtural. Tentaremos, com isso, levar o estudioso deste assunto à condição de poder, com proveito, analisar a nossa proposta.

A seguir, iremos submeter os critérios apontados a uma análise crítica, procurando verificar a sua aplicabilidade.

Feito esse estudo, procuraremos estabelecer um quadro teórico dentro do qual a locução verbal deva ser estudada. Tentaremos aqui estabelecer o critério de auxiliaridade e, conseqüentemente, o que se deve entender por locução verbal. A partir desses fatos, buscaremos elencar os verbos auxiliares do português.

Desejamos realizar este estudo sem nos enquadrarmos em nenhuma teoria em particular, a fim de que, só ao final das análises feitas, os próprios fatos nos conduzam a alguma conclusão.

5. HIPÓTESES

Sempre nos pareceram inconseqüentes os estudos existentes sobre locuções verbais do ponto de vista estritamente sintático. A profusão de critérios necessariamente implica uma dificuldade excessiva na análise de perífrases.

Para comprovarmos tal afirmativa, basta examinarmos os trabalhos que se dedicam ao assunto: deles poucas conclusões claras podem-se obter. Essa deficiência talvez ocorra pela existência de muitas pesquisas e, conseqüentemente, de múltiplos critérios, além do fato de o mesmo autor usar critérios diferentes. Outro empecilho à análise é a atitude, quase sempre inconsciente, de um autor trazer preconcebido um número determinado de verbos auxiliares. Nesse caso, ele elimina exatamente os critérios que serviriam para invalidar sua posição, embora alguns deles sejam pertinentes ao assunto: é o caso típico de legítima defesa, mas impróprio do cientista.

Entendemos, ao contrário, que a análise deve procurar ser o mais simples possível e, seguramente, isenta de posições apriorísticas. Se existe algo a que se possa chamar **LOCUÇÃO VERBAL**, então o critério de auxiliaridade não deve ser complexo e, conseqüentemente, reduzido deve ser o número de verbos auxiliares.

Dessa forma, assumimos as seguintes hipóteses:

- a) a dificuldade e ineficiência do estudo estão na subjetividade das pesquisas havidas;
- b) o estudo da auxiliaridade depende do estudo da locução verbal, entendida como uma seqüência de palavras que funcionam como núcleo do predicado.

Ainda mais, assumimos sempre que, na seqüência de dois ou mais verbos poderá (e mesmo deverá) haver implicações semânticas. Não é intenção do nosso trabalho estudar significados da locução verbal que podem ser temporais, modais ou aspectuais. Interessa-nos, sim, como já dissemos, delimitar a auxiliaridade.

CAPÍTULO I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CAPÍTULO I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Examinaremos resumidamente as diversas lições encontradas em vários autores que trataram da questão. A escolha que fizemos levou em conta a originalidade de suas propostas ou a sua repercussão.

1. AS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

1.1. - A distinção entre locução verbal e tempo composto

Há autores que distinguem *Locução Verbal* e *Tempo Composto* nitidamente. Outros não o fazem.

No primeiro grupo estão Gladstone Chaves de Mello e Eduardo Carlos Pereira.

Temos para nós que é útil e muito legítimo distinguir entre locução verbal e tempo composto. A primeira acabamos de defini-la; a segunda é a combinação de ter ou haver com um particípio passado ... (G.C. de MELLO, 1968, pp. 166-7).

Eduardo Carlos Pereira cita *ter* ou *haver* como auxiliares de tempo composto na página 121 de sua obra (E. C. PEREIRA, 1957). Na página 123, no entanto, amplia sua relação com os verbos *ser* e *estar*.

No segundo grupo, podemos enumerar: Ernesto Carneiro Ribeiro (1950, 355 ss), Francisco da Silveira Bueno (1956, 166), Jerônimo Soares Barbosa (1871, 137), João Ribeiro (1926, 95), Said Ali (1964, 74), Mattoso Câmara Jr. (1977), Evanildo Bechara (1977, 111), Rocha Lima (1979, 118), Napoleão Mendes de Almeida (1971, 225) e Epiphânio da Silva Dias (1954, 189ss). De maneira geral, os autores deste grupo encaram os tempos compostos como um tipo de locução verbal, também denominada conjugação perifrástica. No entanto, discordam ao elencar os auxiliares de tempo composto.

Percebe-se, já de início, que não há consenso entre os próprios gramáticos da linha tradicional quanto à distinção pretendida. Segundo Eunice Pontes (1973, 15-6), a origem dessa distinção está em João de Barros (1957, 3).

Segundo a autora, J. de Barros parte do quadro das conjugações latinas, procurando no português as formas correspondentes. Não as encontrando, o autor nota que tais formas são supridas por seqüências verbais. João de Barros analisa apenas as seqüências de TER + PARTICÍPIO e a voz passiva, mas acrescenta: "Alguns outros modos temos de variar ou suprir os tempos de nossas conjugações os quais, por acontecerem poucas vezes, leixo, e também por dar matéria aos curiosos que nisso quiserem entender".

Já Soares Barbosa (1871, XIII), Said Ali (1957, 60) e Silveira Bueno criticaram essa postura. O último comenta:

Como Nebrija, os nossos primeiros gramáticos tomam o latim como modelo ... Aqui está o primeiro erro ... O segundo, decorrente do primeiro, foi a acomodação do português ao latim, sendo as regras dadas a priori. Não eram tiradas dos fatos do idioma, da língua

falada, mas imposta a esta. O dogmatismo acabava o engano, aperfeiçoando a artificialidade dos princípios adotados. (1958, 243), citado por Eunice Pontes, (1973, 17).

Quanto a esse aspecto, é interessante ressaltar a posição de Júlio Ribeiro, para quem as seqüências verbais já existiam em latim (1881, 200): "... Esta criação dos auxiliares para serviço da conjugação que, à primeira vista, parece estranha ao gênio da língua latina, não foi um facto isolado ou uma inovação sem precedentes: já existia em ella em germen no fallar dos Romanos".

Cícero dizia: "De Caesere satis dictum habeo por *dixi*; Habebas scriptum por *scripseras*. À medida que se foram desenvolvendo as tendências analyticas da lingua, foi prevalecendo o uso d' esta segunda forma, e, a partir do século VI, os textos latinos apresentam numerosos exemplos d'ella ..."

Viu-se que a tradição iniciada se manteve até hoje, havendo concordância no que se refere aos verbos *ter* e *haver*. Quanto a *ser* e *estar*, há maior aceitação em relação ao primeiro.

Quais as razões invocadas para a separação? A quase totalidade dos nossos gramáticos não se preocupa em justificá-la.

Gladstone Chaves de Mello argumenta que os tempos compostos "fazem parte da conjugação normal, têm cada qual seu nome", ao passo que as locuções verbais "constituem cada uma sua conjugação inteira e nascem das necessidades de expressão mais complexas, em que se busca traduzir o aspecto verbal" (1968, 166-7).

Ora fazer parte da conjugação normal, tendo cada uma

seu nome, é um círculo vicioso, já que quem estabeleceu tais acepções foram os próprios gramáticos. O que seria necessário, explicitar as razões da distinção, não é feito.

Dizer, por outro lado, que a locução verbal tem a função de indicar aspecto, como também afirma Adriano da Gama Kury (1960, 37), também não serve à distinção, já que, como muitos gramáticos apontaram, TER + PARTICÍPIO também indica aspecto. A esse respeito, diz Said Ali que o verbo TER na conjugação perifrástica indica realização perfeita até o presente (1957, 126). Mattoso Câmara vai mais além, ressaltando que: "Mesmo, entretanto, no puro nível gramatical da conjugação a categoria de aspecto funciona subsidiariamente em português" (1967, 169).

Como nota Said Ali, não há razão para a distinção que é segundo ele, apenas "... praxe antiga ..." (1964, 161). Permitimo-nos, assim, chamar às seqüências verbais apenas de LOCUÇÕES VERBAIS, abreviando-as LV.

1.2. - O critério histórico-semântico

O critério semântico é, sem dúvida, o mais usado pelos nossos gramáticos, seguindo a tradição iniciada por João de Barros:

Chamamos tempo per rodeio, quando simplesmente não podemos usar de algum; então, pera o significar, tomamos este verbo *tenho*, naquele tempo que é mais conforme ao verbo que queremos conjugar e com o seu particípio passado ... o qual suprimos per este rodeio por não termos simples com o que significar. (1957, 35).

Esta é doutrina de Said Ali:

Desta concepção primitiva de dois atos diferentes, expressados pelo verbo TER e o outro pelo anexo predicativo participial, originou-se uma forma verbal composta pelo enfraquecimento ou apagamento da noção concreta de TER ao mesmo tempo que vinha avultando o adjunto como conceito precípua. Passou-se assim da justaposição de formas verbais simples, independentes e de igual valia, a subordinação de um elemento ao outro, considerando-se como verbo principal o participípio e TER como auxiliar. (1964, 161).

Mattoso Câmara Jr. esposa o mesmo critério ao admitir que a gramaticalização decorre do enfraquecimento semântico. Para ele, a gramaticalização é "Processo que consiste em transformar vocábulos lexicais, ou palavras (v.) providos de semantema, em vocábulos gramaticais ..." (1977, 169).

Outros autores adotam o mesmo critério: Evanildo Bechara (1977, 111), José Oiticica (1919, 202), Rocha Lima (1979, 118), Adriano da Gama Kury (1960, 73), Cláudio Brandão (1963, 530), Eduardo Carlos Pereira (1957, 133) e Celso Cunha (1970, 259).

1.3. - O critério de comparação com outras línguas

Apenas Said Ali procurou estudar tal assunto, usando como critério a comparação com outras línguas. Ensina o mestre:

Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existência própria, acodem logo à nossa mente os verbos classificados por gramáticos notáveis (Whitney, Vernalecken e outros) como auxiliares modais. (1957, 58).

Mais adiante, lemos:

Em outras línguas encontramos exemplo de verbos causativos formados sinteticamente, em vez de auxiliares. Assim do latim *cado*, cair, formou-se *caedo*, cuja significação primitiva era *fazer cair*. Do mesmo modo o inglês *to fall* deu o derivado *to fell*, e os verbos *to sit*, *to lie* deram respectivamente *to set* e *to lay*, que a princípio significariam respectivamente *fazer ficar sentado* e *fazer ficar deitado*. Este confronto não só justifica o chamarmos auxiliares causativos dos supracitados verbos portugueses, desde que seu sentido se complete com outro verbo, mas ainda ...
(id. ibidem)

1.4. - O critério sintático

Muitos dos autores citados, embora partindo do critério semântico, chegam a dar definições sintáticas da locução verbal. É o caso de Evanildo Bechara: "Locução verbal é a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal" (1977, 110), Mattoso Câmara também o faz ao dizer que locução verbal é "a reunião de dois vocábulos que constituem uma unidade significativa para determinada função. A locução é uma espécie de sintagma ..." (1967, 109).

Dentre todos, foi Epiphânio Dias quem estudou, de maneira mais exaustiva, tal assunto, no campo sintático, analisando separadamente grupos de verbos quanto ao seu comportamento. Ele considera:

- a) tempos compostos: TER + PARTICÍPIO;
- b) conjugações perifrásticas: com os auxiliares: IR, VIR, ANDAR, TER DE, HAVER DE e SER;
- c) todos os demais verbos são considerados à parte e analisados diferentemente.

Não se encontra, todavia, uma explicação do autor para tais análises. (1954, 247; 219-21; 222-3; 225-6).

1.5. - Crítica

Podemos dizer que, de maneira geral, a locução verbal é considerada como uma seqüência verbal em que diversas formas de um verbo, chamado auxiliar, combinam-se com o infinitivo, o gerúndio ou o particípio de outro verbo, denominado principal.

É com base no significado que se costuma fazer a distinção entre auxiliar e principal: este é o que conserva sua significação plena; aquele, o que perde seu sentido próprio. (Celso Cunha, 1970, 259).

Como vimos na abordagem do critério histórico-semântico (V. pág. 10), procura-se verificar se houve ou não fusão semântica, tentando-se, assim, distinguir as seqüências que formam ou não LV.

Outro critério para estabelecer tal distinção é verificar se a forma nominal do verbo principal pode ser desdobrada em oração à parte. Princípio sintático, Carlos Goes já assim se manifestou:

O infinitivo forma oração sempre que for conversível, isto é, sempre que puder se desdobrar para o modo finito, regido de conectivo, ex.: *Havemos de esforçar-nos por se salvar a Pátria.* O primeiro infinitivo (*esforçar*) é inconversível; o segundo é conversível em — *para que a Pátria se salve.* Logo o primeiro não forma oração, isto é, agrega-se ou incorpora-se ao seu regente *havemos*, com o qual forma "um só predicado"; o segundo forma oração. (1943, 71-2).

O mesmo procedimento ele aplica ao gerúndio e ao par-

ticípio.

Concluimos assim que, embora não explicitando os critérios usados, nossos gramáticos se apóiam principalmente no semântico. Ao lado deste, vimos que dois outros também são usados: o da comparação com outras línguas (Said Ali) e o sintático (Epiphânio Dias, Evanildo Bechara e Mattoso Câmara Jr.).

O que temos, em suma, é uma profusão de critérios. Por exemplo: Said Ali classifica o verbo QUERER como auxiliar por influência da análise de outras línguas (1957, 58). Mattoso Câmara (1977, 86), seguindo o critério de gramaticalização (evolução semântica), não o faz. José de Oiticica e Evanildo Bechara não se decidem, apelando para intuição do falante, critério que obviamente não satisfaz.

Conseqüência ainda pior da profusão critérios é o fato de o mesmo autor ter duas posições. É o caso de Said Ali que classifica, na sua *Dificuldades da Língua Portuguesa*, o verbo MANDAR como auxiliar por influência da análise de outras línguas. Já na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, seguindo critério sintático, classifica-o como TRANSITIVO, ou seja, principal (1964, 344). O mesmo faz Evanildo Bechara (1977, 112-3): diz que o verbo citado é *auxiliar causativo*, mas declara que constitui oração à parte. Tendo afirmado a respeito desses verbos que juntando-se a infinitivo ou gerúndio, não formam locução verbal (1977, 113), vai mais adiante dizer que, quando é componente da locução verbal, não constituem oração à parte (1977, 244).

Dessa forma, fica difícil chegar-se a uma conclusão a respeito de qual seja o critério para conceituar-se verbo auxiliar e, por conseqüência, estabelecer-se o elenco destes.

2. A GRAMÁTICA GERATIVA

Dentro deste quadro teórico, quem profundamente estudou o assunto foi Eunice Pontes (1973).

Seu trabalho se fundamenta na teoria transformacional de N. Chomsky, encontrada em *Syntactic Structures* (1957) e em *Aspects of The Theory Syntax* (1965). Estudando as seqüências [verbo + infinitivo], chega à conclusão que são casos de encaixamento, não constituindo, dessa forma, um sintagma verbal (1973, 12 e 124 ss).

O trabalho de Eunice Pontes analisa apenas as seqüências [verbo + infinitivo]. Por essa razão, embora algumas considerações pudessem ser feitas a propósito de suas análises, deixamos de as apresentar em nosso trabalho, uma vez que o escopo pretendido por nós é, em princípio, mais amplo. Também não o fazemos porque entendemos que a finalidade da Gramática Gerativa não é a descrição das línguas em particular, mas, sim, chegar à Gramática Universal. Finalmente, também porque as regras transformacionais, nas quais se baseia a autora, estão em desuso na própria teoria atual de Noam Chomsky.

3. A GRAMÁTICA CONSTRUTURAL

Após analisar a estrutura da locução, os autores citam os verbos: TER, HAVER, ESTAR e IR como auxiliares, ocupando a posição do que eles chamam *adjunto predicativo* (BACK, Eurico, 1972, p. 307).

Interessante nessa proposta é a análise prosódica da locução. Segundo a gramática construtural, a locução é o elemento da sentença assinalado pela intensidade média (2) em sua última sílaba forte (1972, 298).

Ex.: Tenho dado a muitas moças lindas revistas.

(1) 'Tenho "dado a ' muitas "moças ' lindas re''' vistas
 1 2 1 2 1 3

(2) 'Tenho "dado a 'muitas 'moças "lindas re'''vistas
 1 2 1 1 2 3

Em (2) temos *moças lindas*.

Em (1) temos *lindas revistas*.

4. UM ESTUDO INDEPENDENTE

4.1. - Introdução

O estudo de Lúcia M. P. Lobato *Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critérios de Auxiliaridade*, in *Análises Lingüísticas*, Petrópolis, Vozes, p. 27 a 91, nos parece o mais exaustivo de todos.

A autora recupera os critérios usados até então, acrescenta outros e submete as seqüências verbais a exame. Chega à conclusão de que há quatro verbos auxiliares *stricto sensu*: TER + PARTICÍPIO; HAVER + PARTICÍPIO; SER + PARTICÍPIO e ESTAR + GERÚNDIO. Em virtude da completude de seu trabalho, permitimo-nos uma resenha de sua proposta.

4.2. - Critérios apresentados

Apresentam-se dezesseis critérios que vão sendo examinados um a um pela autora. A saber:

- a) critério semântico;
- b) unidade significativa;
- c) acepção egocêntrica;
- d) flexão;

- e) restrições paradigmáticas;
- f) ordem superficial;
- g) separabilidade;
- h) impossibilidade de construções completivas;
- i) prosódia;
- j) frequência de ocorrência;
- l) grau de ligação (circunstante de tempo);
- m) apassivação;
- n) liberdade de escolha;
- o) extensão do campo de aplicação do morfema;
- p) negativização; e
- q) pronominalização.

Lúcia Lobato propõe-se a distinguir entre os auxiliares *lato sensu* e os *stricto sensu*. Segundo ela, os verbos iniciais de uma seqüência verbal qualquer podem ser chamados de auxiliares *lato sensu*. Mas, pergunta-se a autora, quais seriam os *stricto sensu*? Responde, dizendo que tudo depende do critério aceito de auxiliação. Para ela, auxiliares *stricto sensu* seriam os verbos que resistissem à aplicação de TODOS os critérios de auxiliaridade.

Estudando os dezesseis critérios apresentados, a autora faz uma hierarquização dos mesmos, considerando apenas oito como válidos para a classificação dos auxiliares *stricto sensu*.

4.3. - Critérios refutados

Resumamos, então, inicialmente, os critérios não aceitos e a crítica que lhes faz a autora. Após tal estudo, iremos analisar os princípios considerados válidos.

I - Critério Semântico

O critério semântico consiste na atribuição de perda sêmica¹ a todo auxiliar.

Assim em

(3) Eu vou ficar aqui.

O verbo *ir* perde seu sema [espacial].

Segundo a autora, esse critério não satisfaz, já que há vários graus de perda, além do fato de que tal perda nem sempre ocorre.

Comparando:

(4) Eu sou amado.

(5) Eu tinha nascido.

(6) Eu quero partir.

Em (4) houve uma gramaticalização completa, havendo uma perda total de seu significado lexical. Já em (5), TINHA conserva unicamente seu sema [concluso]. Todavia, em (6) não há nenhuma perda sêmica.

Portanto, é subjetivo o caráter de utilização desse critério, uma vez que o linguista poderá determinar o número que deseja de verbos auxiliares.

Concordamos totalmente com a análise feita, segundo a qual esse critério é gradual e, portanto, subjetivo. Todavia, é problemático avaliar-se, em todos os casos, se houve ou não perda sêmica. A própria autora afirma que com o verbo SER +

¹Perda sêmica: sendo o sema a unidade mínima de significado, "perda sêmica" corresponde à perda de um ou mais semas.

PARTICÍPIO PASSADO houve uma gramaticalização completa, efetuando-se, em consequência, uma perda total do seu significado lexical. Já Soares Barbosa (1871, 303) afirmava que o verbo SER é o único verbo substantivo. Quer nos parecer que em "(2) sou amado", o verbo auxiliar não perdeu nenhum dos seus semas. Assim: os semas [existencial], [presente] e [permanssivo] estão perfeitamente contidos em "sou".

II - Acepção egocêntrica

Segundo esse critério, todo verbo auxiliar não tem ligação semântica com seu sujeito gramatical, mas com o locutor.

Assim, comparando:

(7) Eu tinha guardadas as cartas no fundo da gaveta.

(8) Eu tinha guardado as cartas.

Em (7) *Eu* se relaciona com *tinha*, não se sabendo quem é o agente de *guardar*. Em (8) *Eu* é o agente de *guardar*, enquanto *tinha* expressa apenas anterioridade, não estando ligado ao sujeito *eu*, mas ao locutor. Lobato se justifica com o argumento de autoridade: "Qualquer que seja a pessoa gramatical do verbo, é sempre o locutor que é o agente da posse mental do passado (expressa por 'avoir') e que associa o alocutário de um certo modo a este posse". (DAMOURETTE, J. e PICHON, Ed., 1911-1936, tomo V, 1604; citado por Lobato, 1975, p. 32).

Achamos que este critério é também semântico. Deveria, pois, ser analisado concomitantemente ao primeiro. E, como este, não deve ser aceito, já que a distinção estabelecida é muito sutil.

III - Flexão

Verbo auxiliar é uma forma flexionada, seguida de uma forma nominal. Segundo a autora, é um critério amplo demais.

Assim, em

(9) Vai ler.

(10) Mandei estudar.

teríamos auxiliares da mesma natureza?

Segundo Eunice Pontes (1973) em ambos os casos, não teríamos verbos auxiliares, já que o infinitivo é sempre um caso de subordinação, ou seja, de encaixamento.

No entanto, em (10) há distinção de sujeito nos verbos da seqüência, o que não acontece em (9).

(11) (X) Vai (x) ler /

(12) (X) mandou (y) ler

Parece-nos que é justamente esse o problema que devemos solucionar. O critério em questão não nos leva a conclusão alguma. De fato, é amplo demais.

IV - Ordem Superficial

Segundo a ordem superficial dos termos na oração, o verbo auxiliar antecede imediatamente o principal.

Assim, em

(13) Roubado tinha ele as jóias.

não teríamos verbo auxiliar.

V - Separabilidade

A separabilidade implica dizer que o verbo auxiliar não pode se dissociar do verbo principal, já que um grupo ver-

bal semanticamente uno é indissociável.

Assim, em

(14) Tinha eu roubado as jóias.

não se teria verbo auxiliar.

Lúcia Lobato argumenta que, em ambos os casos, está-se diante de dois níveis de análise: o da estrutura profunda e o da superficial. Neste, há a possibilidade de alteração entre os verbos que não existe naquele.

Concordamos com ela, mas não pela razão apresentada: não é pertinente adotarem-se os dois níveis de análise citados. O fato é que a seqüência dos termos é altamente flexível.

A esse respeito, leia-se o que diz John Lyons em *Introdução à Lingüística Teórica*, São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, pp. 78-79):

O segundo ponto importante é o seguinte: as relações sintagmáticas não pressupõe necessariamente uma ordenação de unidades em seqüência linear, de maneira que a realização substancial de um elemento deva preceder, no tempo a realização de outro elemento. (...) Os enunciados lingüísticos expressam-se no tempo e podem, portanto, ser segmentados numa seqüência de sons, ou de complexos de sons sucessivos. Mas se essa seqüência no tempo é ou não relevante para a estrutura da língua, isso depende uma vez mais das relações sintagmáticas das unidades lingüísticas, e não, em princípio, de simples sucessões das suas realizações substanciais.

VI - Prosódia

Segundo esse critério, a seqüência "auxiliar + auxiliado" forma um só "grupo fonético" ou "grupo acentual", em que o auxiliar é uma forma átona e proclítica.

A crítica que ela faz é que, em primeiro lugar, nos enunciados em que um elemento não-verbal se insere entre os dois verbos, não se tem grupo acentual, o que leva à conclusão de que este teste não é sempre pertinente. Além disso, esse critério determinaria tanto os conjuntos de [verbos + F. nominal] quanto os de [verbos + adjetivo/substantivo/pronome], o que não permitiria distinguir entre os verbos comuns dos seus homônimos auxiliares.

Confira:

(15) /Estou/ /me dourando/ /ao sol/.

(16) /Este livro/ /é muito lido/ x /é de Carlos/.

A autora distingue "grupo fonético" de "grupo de força", esclarecendo que aquele é uma parte constituinte da cadeia falada que se caracteriza pela presença de um só acento tônico. Este, também chamado "grupo de entoação", pode compreender um ou vários grupos fonéticos, já que é determinado pela respiração e emitido entre duas pausas.

Assim, em "O aguaceiro desabou, com estrépito, mas a folia persistiu", haverá sempre como grupos fonéticos: /o aguaceiro/ /desabou/ /com estrépito/ /mas a folia/ /persistiu/.

Todavia, poderá apresentar dois ou três grupos de força:

(17) /O aguaceiro desabou/ /com estrépito/ /mas a folia persistiu/;

(18) /O aguaceiro desabou com estrépito/ /mas a folia persistiu/.

Lúcia Lobato impugna este critério, argumentando que não é sempre pertinente, já que "nos enunciados em que um ele-

mento não verbal se insere entre os dois verbos, não se tem grupo acentual" (1975, 38).

(19) /Estou/ /me dourando/ /ao sol/

(20) /Estava ele/ /pegando no sono/ /quando ele chegou/

Quer nos parecer que essa não é a maneira correta de se analisarem tais fatos, ou ao menos não é a única. Já em francês a negação admite em elemento intercalado: "Il ne lui a pas donné ...". Ora, será que tal intercalação, invalidaria o critério "grupo fonético"?

De início, deve-se ressaltar a discrepância de conceitos entre a autora e o DICIONÁRIO DE LINGÜÍSTICA de Jean Dubois et alii (1978, 319), onde se lê: "2. Em fonética, chama-se 'grupo fonético' um grupo de palavras que extraem sua homogeneidade do fato de que estão entre duas pausas (grupo respiratório) ou reunidas em torno de um mesmo acento (grupo acentual)."

Portanto, a distinção pretendida não existe.

Todavia, aceitando-se a separação entre grupo respiratório e grupo acentual, o que é relevante?

Parece-nos que voltamos ao critério de separabilidade e o que lá dissemos, aqui também se aplica.

Além do que lá ficou dito, há que se acrescentar que a intercalação é perfeitamente possível. A alegação dos que entendem ser impossível dividir o grupo fonético contraria a realidade das línguas, em que até mesmo o radical aparece dividido por um infixos.

Confira:

(21) Carlos

(22) Carlinhos

Em (22) o elemento - **inh** - é claramente um infixio. Podemos pensar no inglês:

(23) John called Bill up

em que o verbo é call up, ou seja, um "CONSTITUINTE DESCONTÍNUO"² pela inserção do objeto Bill.

VII - Frequência de ocorrência

Auxiliar só pode ser considerado a unidade verbal muito freqüentemente seguida de forma nominal do verbo.

Concordamos com a autora quando ela diz que não tem meios de, objetivamente, estabelecer as maiores freqüências de determinados verbos. É um critério puramente estatístico, devendo, por isso, ser desprezado para os nossos propósitos.

VIII - Flexibilidade de escolha

A comutação de verbos em posição inicial na seqüência verbal seria um meio diferenciador entre o campo lexical e o gramatical, já que neste as escolhas são mínimas. Os auxiliares estariam, assim, na ponta de um eixo que iria da menor à maior lexicalização.

O exemplo é da autora (1975, 51).

²CONSTITUINTE: Termo introduzido por Bloomfield (1933). *Language*. p. 161 que equivaleria aproximadamente a "função". "Todo morfema ou sintagma que entre numa construção mais vasta." "Dicionário de Lingüística" de Jean Dubois et alii.

(24)

SER (pas)	IR (fut)	TER HAVER	PODER DEVER	COMEÇAR A PÔR-SE A METER-SE A etc.	QUERER DESEJAR INTENTAR BUSCAR ANELAR etc.	DIZER FALAR EXPLICAR JURAR PROMETER etc.
--------------	-------------	--------------	----------------	---	---	---

O problema que se coloca mais uma vez é a variação de grau da comutação, não se tendo, muitas vezes, dados objetivos que nos permitam dizer onde se tem menor ou maior escolha. Tudo dependerá da exigência do lingüista, o que implica subjetividade.

4.4. - Critérios aceitos

Sumariemos, agora, os critérios aceitos no trabalho em questão:

I - Unidade significativa

Para Lobato, a unidade significativa implica sujeito único: "Se realmente se dá na língua o processo da auxiliação no sentido estrito da palavra, será verdade que os dois verbos terão um só sujeito". (Lobato, 1975, 31).

Assim, são excluídos da classe dos auxiliares "*stricto sensu*" os verbos MANDAR, FAZER e equivalentes.

(25) Mandei fazer um terno para mim.

/eu mandei/ /x fazer .../

Aceitamos com a autora a adoção deste critério. De fato, se pretendemos ver na locução verbal um sintagma coeso, indissolúvel, então, a postulação de um único sujeito deve ser exigida. A existência de sujeitos diferentes para cada um dos

verbos de seqüência verbal implica a dissociação do sintagma.

II - Restrições Paradigmáticas

Este princípio parte da convicção de que todo auxiliar é defectivo, não tendo imperativo e particípio passado numa seqüência verbal.

A autora contra-argumenta que outros verbos, ou melhor, que uma "vasta classe de verbos, mais abrangente que a dos auxiliares", tem a propriedade de não se conjugar no imperativo. Mas, admite como condição necessária tal característica. Dessa forma, exclui da lista de auxiliares "*stricto sensu*" os causativos e os dicendi. (1975, 34).

(26) Mande-o embora já!

(27) Diga logo o que sabe!

Em relação à inexistência de particípio passado, Lúcia Lobato exclui tal critério, pois este eliminaria o verbo SER da lista pretendida. (1975, 35).

(28) O professor acabou a aula sem a matéria ter sido dada.

Já Said Ali dizia: "Estas combinações de auxiliares com verbos principais constituem conjugações compostas, as quais têm, como poucas exceções, todas as formas finitas e infinitas da conjugação simples. Falta-lhes o particípio do pretérito e o imperativo". (1975, 73).

A autora aceita a carência do imperativo, como condição apenas necessária, já que tal característica abrange uma vasta classe de verbos. (1975, 31).

Não aceita, todavia, a carência do particípio passado,

"já que o verbo *ser* da construção passiva admite ser revestido dessa forma: ..." (1975, 35).

Neste ponto, permitimo-nos discordar da autora. Queremos, justamente, é determinar os auxiliares em português. Não podemos, a priori, eleger o verbo *ser* como um deles e eliminar o critério que o exclui: tal atitude nos parece inconcebível. E o curioso é que o particípio é efetivamente impossível com dois auxiliares incontestes (*ter* e *haver*) e, apesar disso, a autora recusa o princípio, enquanto aceita a defectividade do imperativo, que parece ter motivo puramente semântico. Assim, seria possível construir um contexto em que essa forma poderia ser talvez usada. Basta pensar num santo que curasse um doente; — Se tens fé, sê curado dessa doença.

III - Impossibilidade de construções completivas

Este critério eliminaria os verbos de suposição e de aparência (*parece que*) da lista ampla de auxiliares.

(29) Vi-o chegar

/Vi/ /que ele chegava/

(30) Parece brilharem as estrelas

/Parece/ /que as estrelas brilham/

Este critério está indiretamente ligado ao segundo: unidade de sujeito. É plenamente válido se entendermos por "construções completivas" também as tradicionalmente chamadas "subjativas".

IV - Grau de ligação: circunstante de tempo

Aceita a noção de o sintagma verbal formar um constituinte único, procura-se verificar o grau de ligação entre auxiliar e auxiliado, através do teste de incidência de um advérbio de tempo, tentando verificar em que casos há um só constituinte.

O critério é heterogêneo demais, segundo o estudo citado, porque inclui verbos mais ou menos gramaticalizados. Confira:

(31) Ontem, escapei de morrer.

(32) Escapei de morrer, ontem.

(33) Escapei, ontem, de morrer.

Apesar disso, o critério é aceito como condição necessária (1975, 42-3).

Entretanto, acho-lo desnecessário. Apenas vem reforçar o que outros critérios já haviam determinado: que os sensitivos, causativos, dicendi, de suposição, de aparência e volitivos seguidos de infinitivo são complexos pouco ligados. Os critérios de unidade de sujeito e impossibilidade de construções completivas já haviam demonstrado tal fato.

V - Apassivação

Lobato o explica deste modo: "(...) se há na língua uma classe de auxiliares, esses devem pertencer ao grupo de verbos suscetíveis de cocorrer com um verbo apassivável, havendo relação de paráfrase entre as formas ativa e passiva (...)" (Lobato, 1975, 50).

Assim se excluem todos os verbos de classe (aspectual -

passivo), assim como todos os modais de tipos volição, suposição, dicendi.

Não nos parece que esse critério seja pertinente. A afirmação da autora não está bem explicada. A impossibilidade de passiva está ligada ao verbo principal e ao sujeito/objeto. É a ligação semântica entre esses elementos que está em jogo. Em:

(34) João vai ler o livro.

(35) O livro foi ser lido por João.

a impossibilidade da passiva não se explica pelo verbo auxiliar. E não é lícito desconsiderar-se o verbo IR como auxiliar apenas em virtude dessa construção. O defeito maior que vemos é que a comprovação da impossibilidade da passiva correspondente depende de uma interpretação semântica, já recusada como critério. Aqui, valer a semântica torna-se uma incongruência.

IV - Extensão do campo de aplicação do morfema

Este é um argumento gramatical, de caráter não-lexical, já que quanto maior for a extensão do campo de aplicação, maior será o seu caráter lexical. Assim, só seriam considerados auxiliares os verbos sem restrição quanto ao sujeito ou quanto aos auxiliados.

A partir deste critério, permanecem como verbos auxiliares PODER (possibilidade) + infinitivo; DEVER (probabilidade) + infinitivo; TER + particípio; HAVER + particípio; ESTAR + gerúndio; ANDAR + gerúndio e IR + infinitivo e SER + particípio.

Quer-nos parecer que este critério está ligado ao das restrições. Diríamos que se trata de restrições sintagmáticas, mas que têm a ver com o conteúdo semântico dos elementos envolvidos.

V - Negativização

Entende-se aqui que uma seqüência verbal em auxiliação não pode ser separada por uma negação.

Assim:

(36) João pode vir.

(37) João não pode vir.

(38) João pode não vir.

(39) João não pode não vir.

não há verbo auxiliar.

Com a aplicação desse critério, apenas quatro auxiliares são mantidos: SER + pp; TER + pp; HAVER + pp e ESTAR + gerúndio.

Critério, em essência, lógico. Se há uma seqüência verbal em que se pretenda ver um sintagma coeso, a negação não pode ocorrer em qualquer dos membros. Concordamos, plenamente, que só pode haver uma negação adverbial por oração.

VI - Pronominalização

Segundo este critério, haverá verbo auxiliar se o segundo verbo da seqüência puder ser substituído por um pronome oblíquo.

Assim, em

(40) João pode sair.

* (41) João o pode.

não teríamos verbo auxiliar.

Afirma, ainda a autora que a construção SER + pp tem um status diferente, já que "SER + pp", construção passiva (ser ferido) ou indicadora de anterioridade (ser nascido) admite construção com os clíticos /o/a/os/as.

(42) Se até João é respeitado por seus alunos, eu também o serei.

(43) Naquele tempo, João era nascido, mas eu não o era.

Inicialmente, Lúcia Lobato apresenta os pronomes (o, a, os, as) como possíveis de substituir um infinitivo, considerando-se este uma nominalização. Ela, todavia, despreza este teste, por considerar que o verbo SER + pp aceita tal pronominalização, enquanto TER/HAVER + pp e ESTAR + gerúndio, não. E acrescenta: "... a difícil aceitação de sua comutação com o, por parte de muitos falantes, pode ser devida à não-interiorização, por esses falantes de todas as regras de pronominalização do português ...". (1975, 66).

A seguir a autora analisa as posições que os clíticos podem ocupar na frase. Com o argumento de que os verbos PODER, DEVER e IR têm comportamento semelhante a outros verbos (querer, crer, etc.), argumenta pela não inclusão daqueles verbos na lista dos auxiliares.

A autora nos parece parcial, chegando ao ponto de culpar o falante, o que é uma atitude inconcebível para um pesquisador. E reafirma assim a sua conclusão (pré-concebida) de que os auxiliares *stricto sensu* são: SER + pp; TER + pp, HAVER +

pp e ESTAR + gerúndio.

5. AVALIAÇÃO

Examinadas as diversas correntes e suas propostas sobre o assunto, algumas conclusões podem ser evidenciadas:

- 1a) Não há razão gramatical para a distinção entre locução verbal e tempo composto; a bem julgar as coisas, os pretendidos tempos compostos não têm razão de ser;
- 2a) Os gramáticos que se filiam à gramática tradicional não apresentam uma teoria coerente a propósito do tema: critérios variados e assunção de vários deles pelo mesmo autor impedem que se chegue a alguma conclusão;
- 3a) Os estudos feitos no âmbito da Gramática Gerativa e no da Construtural são insuficientes para se postular uma teoria única da auxiliação em português;
- 4a) O trabalho da professora Lúcia Lobato é o mais compreensivo de todos. No entanto, vários senões foram apresentados. Entre estes, cumpre ressaltar a preconcepção dos verbos auxiliares.

Por esses motivos, achamos que devemos tentar colaborar com o estudo desse assunto, apresentando uma proposta única e coerente desse tópico.

CAPÍTULO II

PRECISÃO DE CONCEITOS

CAPÍTULO II

PRECISÃO DE CONCEITOS

1. VERBOS AUXILIARES E AUXILIANTES

Os estudos feitos até agora revelam que nunca houve preocupação maior de nossos estudiosos com o conceito de verbo auxiliar, se é que existe tal tipo de verbo. Os gramáticos limitam-se a dizer que o verbo auxiliar é o primeiro de uma seqüência verbal. Veja-se, por exemplo, o que afirma Ernani Terra:

(...)

F) *Auxiliar*: quando se junta a um outro verbo, denominado *principal*, ampliando-lhe a significação. O conjunto *verbo auxiliar + verbo principal* recebe o nome de *locução verbal*.

(...) (1991, 133)

Um dos nossos gramáticos que estudaram tal questão, todavia sem intenção de conceituação, foi Said Ali. Em sua *Gramática Histórica*, ele menciona à p. 160 a evolução histórica que levou o verbo TER à condição de auxiliar.

Mais adiante, falando de outros verbos, procura apontar o critério que permitiria distinguir entre verbo auxiliar e principal:

Usado ao lado dos verbos *andar*, *ir* e *vir*, o gerúndio terá o sentido de simultaneidade, formando oração à parte, caso nos ditos verbos prevaleça o sentido de locomoção. Se pelo contrário, servirem apenas para denotar duração e atualidade da ação expressa pelo gerúndio, passam a funcionar como *verbos auxiliares* de uma conjugação composta. (1964, 360) (grifos nossos).

É, portanto, o critério semântico que se está apresentando como fundamento para uma possível conceituação de verbo auxiliar.

Não há como negar que dois ou mais verbos podem agrupar-se na língua. Assim, podemos verificar:

- (44) Eu sou amado.
- (45) Ele está amando.
- (46) Nós íamos viajar.
- (47) Quero estudar. etc.

É também inegável que o segundo verbo desse tipo de seqüência está sempre em uma das formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio.

Todavia o que nos preocupa é o primeiro dos verbos da seqüência. O motivo é claro: qualquer verbo pode ser o segundo desse grupo, mas apenas alguns ocupam a posição do primeiro. Formará esse primeiro verbo, sempre com o segundo um sintagma verbal uno, coeso, constituindo apenas uma única oração? Pretendemos mostrar que a resposta é negativa.

De princípio postulamos que se chame *auxiliante* ou *operador* a qualquer verbo que apareça em primeiro lugar em uma seqüência verbal, aceitando a teoria de B. Pottier (Pottier, B., 1962, § 12.2). *Auxiliar* será o primeiro verbo que integre uma seqüência verbal una, coesa, como uma única oração. Em

qualquer caso, chamaremos *principal* ao último verbo da seqüência.

Tentaremos, justamente, evidenciar o critério ou critérios que nos permitam distinguir os casos em que teremos dois verbos principais, e conseqüentemente, duas orações, dos em que, ao contrário, tenhamos só uma oração, constituída por verbo auxiliar e principal. Ou seja, é preciso distinguir entre os verbos auxiliante e auxiliar.

2. LOCUÇÃO VERBAL, FORMA PERIFRÁSTICA E TEMPO COMPOSTO

Haverá, de fato, a existência destas três entidades: locuções verbais, forma perifrástica e tempo composto?

A. De início, vejamos o que diz o dicionário sobre essas expressões:

Em gramática tradicional, uma *locução* é grupo de palavras (nominal, verbal, adverbial) cuja sintaxe particular dá a esses grupos o caráter de grupo estereotipado e que correspondem a palavras únicas. Assim "pôr fogo" é uma locução verbal equivalente a "acender"; "em vão" é uma locução adverbial correspondente a "vãmente"; "corpo docente" é uma locução nominal (...)³

Destaquem-se desse conceito as noções "sintaxe particular", "grupo estereotipado" e "correspondem palavras únicas". Tais noções não nos parecem claras: qual é a particularidade

³Jean Dubois et alii. Dicionário de lingüística. Ed. Cultrix, São Paulo, 1978. p. 395.

da sintaxe da locução? Como saber se tem caráter estereotipado? E qual a palavra única a que corresponde "corpo docente?" *Docente* sim, parece ser uma locução: "dos professores"; mas "corpo docente", não.

Forma perifrástica

O que é uma perífrase? Vejamos:

"1. Perífrase é uma figura de retórica que substitui um termo próprio único por uma seqüência de palavras, uma locução que o define ou o parafresea. (...).

Em princípio, a perífrase vincula-se à sintaxe, enquanto a locução (verbal, adjetiva, nominal) vincula-se ao léxico".⁴

E Tempo Composto?

"(...)

2. Chamam-se 'Tempos Compostos' as perífrases constituídas de formas finitas do auxiliar 'Ter' (ou 'haver' e 'ser') e o particípio passado ativo ou passivo do verbo fundamental. (...)"⁵

B. Parece então haver sinomínia entre "perífrase" e "locução" e que os "tempos compostos" são um tipo de perífrase.

Não nos parece haver razão de se postular a existência de "Tempos Compostos", no sentido de que a uma forma *simplex* haja uma equivalente composta.

⁴DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de lingüística. Ed. Cultrix, São Paulo, 1978. p. 464.

⁵Ibidem, p. 128, 2.

Tempo composto passa a ter um aspecto puramente morfológico e implica que a locução verbal se realiza sob a forma de um tempo composto.

Acolhendo a noção de tempo composto, deve-se entender que a forma simples CONSTITUI uma forma verbal, enquanto a forma composta CONSTITUI uma locução verbal. Fica mais cômodo falar apenas de forma verbal e locução verbal.

Em

(48) Tenho amado x amo x amei

(49) Tinha amado x amara x amava

(50) Terei amado x amarei

(51) Tenha amado x ?

Não nos parece haver equivalência de tempos. Em (48) *Tenho* traduz aspecto permansivo presente, o que não ocorre em "Amei". Em (49), *Tinha* apresenta um aspecto durativo que "Amara" não possui. Este indica o aspecto acabado em relação a um passado do enunciado. Em (50) *terei* indica o aspecto realizado, que *amarei* não traduz. E o que dizer de (51) que sequer tem forma simples correspondente?

Pode-se argumentar que, em algumas línguas, as chamadas formas simples estão em desuso. Assim, o "passé simplé" em francês. Em português, o mais-que-perfeito. Essa tendência, no entanto, não nos parece motivo suficiente para que se veja equivalência entre as formas, fato já apontado por Said Ali:

Segundo praxe antiga dos gramáticos, consideram-se 'Tempos Compostos' e 'Conjugação Perifrástica' como cousas distintas. Não o

faremos aqui ... A primeira destas formas é linguagem antiga e comum a outros idiomas e deve à circunstância de ser desconhecida dos primeiros gramáticos a verdadeira história das formas analíticas o ter sido encaixada como um 'tempo composto' especial no sistema de conjugação do verbo simples. (...) (1964, 161)

Dessa forma, propomos:

- 1) que não se use a expressão "Tempo Composto";
- 2) que, em qualquer caso, se chame "Locução Verbal" à seqüência de dois ou mais verbos.

3. CRITÉRIOS ESCOLHIDOS

Entre todos os critérios já vistos, parecem-nos da maior importância os que seguem:

- A) sujeitos diferentes;
- B) possibilidade de construção completiva;
- C) negatização.

A) Sujeitos diferentes

Se o sujeito do primeiro verbo for diferente do do segundo verbo, teremos duas orações, e, portanto, dois verbos principais. Assim:

(52) Mandei estudar.

(53) (eu) mandei (x) estudar

O conjunto de sujeito e predicado constitui oração. Logo se houver dois sujeitos diferentes há de haver duas orações. Entretanto, a redação do critério é defeituosa porque o sujeito e o predicado em forma nominal dependem de uma análise semântica. Assim, em (54).

sado conforme o primeiro critério, sujeitos diferentes.

Mas, não é o caso em:

(62) As flores parecem murchar.

(63) As flores parecem que murcham.

(64) As flores parece que murcham.

Nesses casos (62), (63) e (64) o sujeito é evidentemente o mesmo: *As flores*. Todavia o infinitivo pode ser transformado, o que confirma a regra.

C) Negativização

Segundo esse critério, uma seqüência verbal em auxílio não pode ser separada por uma negação.

Assim, em:

(65) Maria pode vir.

(66) Maria não pode vir.

(67) Maria pode não vir.

(68) Maria não pode não vir.

O verbo *poder*, portanto, não é auxiliar.

Também, em:

(69) Maria deve vir.

(70) Maria não deve vir.

(71) Maria deve não vir.

(72) Maria não deve não vir.

O verbo *dever* também não é auxiliar, já que podemos negar tanto o primeiro como o segundo verbo, seja independentemente, seja simultaneamente. A melhor análise para esses fá-

tos parece ser a de Geraldo Mattos.⁶

Ocupando o auxiliar a posição de declaração do verbo principal, não se poderá ter a negação do segundo verbo, se o primeiro é de fato auxiliar.

Assim, em

(73) Ele pode vir.

(74) Ele pode não vir.

A sentença (74) nos comprova que o segundo verbo mantém intacta a possibilidade de declaração:

(74) Ele pode não vir.

(75) Ele não pode vir.

O auxiliar aparece quando aplicamos o processo subordinativo e impomos que um complexo verbal (declaração e fato) ocupem a posição de pura declaração. Um conjunto aparece no lugar de um elemento:

(76) Não vai trabalhar

D		F	
D	F	D	F

Com isso explica-se por que nunca se pode negar o verbo principal, mas apenas o auxiliar ...

⁶SANTOS, G.M.G.S. Proposta de uma teoria produtiva-conformacional de linguagem. 1982, pp. 151 e 158.

CAPÍTULO III

PROPOSTA DE UM MODELO

CAPÍTULO III

PROPOSTA DE UM MODELO

Vimos no capítulo anterior, critérios que podem, com proveito, ser usados na distinção entre verbo auxiliar e auxiliante. Mas o que acontecerá quando tais critérios não puderem ser aplicados? É o que pretendemos avaliar.

1. A NOÇÃO HISTÓRICA

Segundo Said Ali, a história das chamadas locuções verbais deve-se ao esquecimento ou apagamento da noção concreta do verbo hoje chamado "auxiliar" e, ao mesmo tempo, ao crescimento da noção do então anexo predicativo como conceito precípuo.

São seus exemplos: a cadeira está quebrada. As rosas andam espalhadas pelo jardim. As águas nas bandeiras tem pintadas (Camões, Lus. 8,5). Tinha nele postos os olhos (Bernardes, L e C. 2235).

Percebe-se claramente a concordância do particípio como anexo predicativo referido ao objeto, fenômeno que se estendeu até princípios do século XVII. A partir de então opera-se uma combinação semântica, que tornará o primeiro verbo relacional no dizer do mesmo mestre.

"Do contato ou contigüidade de certos verbos com outras formas infinitas que não o particípio do pretérito podem originar-se também combinações semânticas, em que a forma infinita, representa a ação principal e o outro verbo lhe serve de auxiliar ..." (1966, 160).

Admitindo como exata a exposição de Said Ali, vemos que é a noção semântica que implica ou não a formação da locução verbal.

A evolução do predicativo do objeto para particípio invariável em gênero e número, condiciona o aparecimento dos auxiliares *ter* e *haver* e reforça a idéia de que o particípio variável nunca se deve considerar verbo principal, implicando que a forma verbal passiva deixe de ser locução verbal.

Postulamos, assim, que a verdadeira forma nominal do verbo ligado a auxiliar deve manter a regência que tem longe do auxiliar. Com isso o particípio que tenha gênero e número deixa de ser uma forma nominal e se transforma em simples adjetivo. A forma passiva, conseqüentemente, não será considerada um conjunto verbal, funcionando o particípio como predicativo.

(77) Ela é *amada*.

PREDICATIVO

Podemos generalizar esse critério, observando que a forma flexionada nunca pode constituir o verbo principal.

Observemos:

(78) Possas tu, descendente maldito/ (...) /Seres presa de vis aimorês¹

¹DIAS, Gonçalves. "Poesias Americanas". Canto VIII, em Últimos Cantos.

2. O CARÁTER SEMÂNTICO

Na língua, tudo é semântico, e essa riqueza implica subjetividade, ficando prejudicada toda regra que dependa do significado, mal de que padece a gramática tradicional inteira.

O desencontro provocado pelo significado ocorre também entre os especialistas.

Lúcia Lobato afirma, por exemplo, que na construção "ser + pp", o verbo *ser* sofreu uma perda total de seu significado lexical.

Por outro lado, Soares Barbosa afirma que o verbo *ser* é o único verbo substantivo, seguindo a ótica racionalista, agora retomada por Chomsky: MATAR = SER MATADOR; ou seja, cada pesquisador determinará o número de auxiliares que quiser a partir da "sua" ótica de perda da significação.

O que se pode admitir são os casos em que há mudança do significado original.

Assim, o verbo *ir* apresenta em sua acepção original o sema/espacial/ presente em:

(79) Eu vou a Santos.

Como decorrência desse significado, outro fixou-se: o de ação a desenvolvida, que pode ser percebida em:

(80) Eu vou estudar.

Mas o que se dirá de

(81) Eu vou ficar aqui?

É patente, neste último exemplo, a total mudança de significado.

Admitiremos, então, que *poderã* haver verbo auxiliar e, portanto, locução verbal quando houver mudança total do significado original do verbo.

Este critério, todavia, não pode ser usado isoladamente.

3. O CARÁTER PROSÓDICO

Aceitamos, com a Gramática Construtural, o fato de haver intensidade média nas locuções verbais, mas nos parece, ao mesmo tempo que nem sempre é evidente a percepção de tal intensidade.

4. O CARÁTER SINTÁTICO

4.1. - Propomos, como critério sintático a inexistência da forma participial no passado ou do pretérito perfeito nas seqüências verbais, para determinar os verbos auxiliares. Assim, por exemplo em:

*(82) Ela tem *tido* estudado.

A forma *tido* não pode ser empregada, porque o todo é inaceitável, o que nos habilita a falar no verbo TER como auxiliar quando empregado numa seqüência verbal, como:

(83) Ela tem estudado.

Já em:

(84) A lição tem *sido* estudada.

A forma *sido* é perfeitamente aceitável, o que nos impede de considerarmos o verbo *ser* como auxiliar. Portanto, em

(85) Eu sou amado.

deveríamos considerar a forma *sou*, como verbo auxiliante ou principal. Não é escopo do nosso trabalho, a análise dos demais elementos da oração: deixamos tal tarefa para outros trabalhos ou outros estudiosos que a tanto se proponham.

Said Ali já havia vislumbrado tal postura. Todavia, não o utilizou como critério. Eis o que diz o mestre. (...) Estas combinações de auxiliares com verbos principais constituem conjugações compostas, as quais têm, com poucas exceções todas, as formas finitas e infinitas das conjugações simples. Falta-lhes o particípio do pretérito e o imperativo". (1965, 73).

A redação de Said Ali, no excerto apresentado, não é clara. "Com poucas exceções" pode significar que há conjugações compostas que não seguem o princípio exposto ou que as "poucas exceções" são, justamente, faltar-lhes o particípio do pretérito e o imperativo. Não há no texto do autor explicações mais detalhadas que esclareçam a dúvida.

Apesar de se falar em verbos sem imperativo, como se fossem defectivos, talvez seja o caso de se falar em restrição semântica. Há uma vasta classe de verbos, mais abrangente que a dos auxiliares, como, por exemplo, os verbos QUERER, CONTER, NECESSITAR e outros que leva alguns estudiosos a mencionarem a carência de imperativo no paradigma de tais verbos. Todavia, não só essa carência não é exclusiva dos auxiliares, como também o imperativo se torna possível desde que o autor encontre um contexto que o permita.

Eis um exemplo, em verso inédito de Geraldo Mattos:

(86) E, se tudo podeis, podei também amar-me.

Pode-se dizer que é uma CONSTRUÇÃO RARA, mas não se pode daí argumentar da sua inexistência.

Por outro lado, Lúcia Lobato exclui o critério da inexistência de particípio passado, porque este eliminaria o verbo SER das construções com auxiliar. Entretanto, nós o escolhemos, porque nos parece importante, dado que os verbos incontestavelmente auxiliares (TER e HAVER) são defectivos nessas formas, enquanto as possuem como principais. Poderíamos recusar este princípio apenas no caso de encontrarmos uma explicação para essa defectividade desses e de outros auxiliares.⁷

Examinemos, agora, algumas construções:

*(88) Ela tem *havido* estudado.

*(89) Ela tem *ido* ficar.

(90) Ela tem *ido* viajar.

(91) Ela tem *estado* estudando.

Percebemos que em (88) e (89) teremos verbos auxiliares: *haver* e *ir*. Nas frases (90) e (91), a possibilidade do particípio passado exclui os verbos sublinhados da lista dos auxiliares: são portanto, verbos principais. Todavia, em (89) e (90) é o mesmo verbo: *ir*. Em (89) é auxiliar e em (90) não. Tal fato vem ao encontro da análise feita no caráter semântico já apresentado: há, evidentemente em (89) a perda do

⁷Curiosamente, Said Ali deixa de registrar a ausência de pretérito perfeito dos verbos auxiliares:

(87) *Ela teve estudado.

É um fato lamentável, porque a defectividade do perfeito do indicativo é que implica a do particípio.

significado original do verbo *ir*. Essa confluência dos critérios atesta a viabilidade de sua aplicação.

Analisemos, agora, as seguintes construções:

(92) Ele vem trabalhando demais.

* (93) Ele tem vindo trabalhando.

(94) Ele vem trabalhar.

(95) Ele tem vindo trabalhar.

Nessas frases podemos detectar dois sentidos para o verbo *vir*: em (92) o verbo *vir* é ambíguo: "Vem trabalhando demais" pode significar "anda trabalhando demais". Nesse sentido, a impossibilidade da forma participial em (93) justifica o considerarmos um verbo auxiliar.

Em (94) o mesmo verbo tem claramente o sema /espacial/ ou /temporal/: "vem trabalhar" pode significar "vem/aquí/trabalhar". Aqui a possibilidade de forma participial em (95) autoriza-nos a falar em verbo auxiliante.

É interessante ressaltar que o exposto acima com o verbo *vir*, já fora detectado com o seu antônimo *ir*, quando explicamos a perda da significação original (V. *proposta de um modelo*, 2. "o caráter semântico", p. 64).

A esse respeito, é interessante ler-se o que diz Eugênio Coseriu:

(...) De otro modo ¿ cómo hacía el oyente (que sólo dispone de lo exteriormente comprobable) para advertir diferencias de intención significativa? Así, es cierto que una expresión como "salir diciendo" puede ser perfrasis o no serlo; pero lo es en construcción "immediata" (por ejemplo: "siempre estuve de acuerdo conmigo y ahora te sientas a la mesa y sales diciendo que no sabías nada del asunto") y no lo es en construcción "me-

diata" (por ejemplo: "Salio de la casa diciendo que volveria a las tres). Solamente hay que tener en cuenta que la mediatez de la construcción puede no tener manifestación material directa y resultar sólo del contexto verbal o extraverbal; por ej.: ¿ está Juan? — "No está. Salió [de aquí] diciendo que volveria as las tres". (1977, 73).

4.2. - Mas analisemos outras frases com verbos tradicionalmente considerados auxiliares, aplicando-se o nosso critério:

a) Segundo Soares Barbosa

Esse autor apresenta as seguintes construções como seqüências de verbo auxiliar e verbo principal:

1. Estar + ger.
2. Ter + pp (concluso)
3. Ter de + inf.
4. haver de + inf.
5. Ir + ger.
6. Ir + inf.
7. andar + ger.
8. vir de + ger.
9. acertar de + inf.
10. dever de + inf.

a.1. - A propósito desses casos, considerados por Soares Barbosa como auxiliares, é preciso que declaremos que consideramos todo verbo seguido de preposição como principal. Isso porque o enlace sintático estabelecido por qualquer preposição obriga a que consideremos o termo posposto a ela subordinado a outro, que o antecede. Assim, em

(96) casa de madeira

"Madeira" é termo subordinado a "casa", que é principal. Ou se aceita tal análise, ou se muda a noção de preposição.

Como o verbo auxiliar depende do principal, a presença da preposição contraria essa dependência e faz do primeiro verbo o núcleo desse conjunto sintático em que, justamente por isso, aparecem dois verbos principais. Reconhecemos, contudo, que existem casos de lexicalização como em:

(97) Hei de vencer.

(98) Tenho de ir.

(99) Custa a crer que seja verdade.

A presença da preposição tem explicação difícil do ponto de vista sincrônico.

Estes casos podem ser explicados como um tipo lexicalizado de regência.

Com exceção desses casos, a preposição implica sempre um infinitivo com função clara de substantivo:

(100) Ele passou a explicar o caso.

(101) Ele passou à explicação do caso.

a.2. - Submetamos as demais construções ao nosso critério, seguindo a numeração apresentada:

(102) Ela está viajando.

*Ela tem estado viajando.

(103) Ela tem conversado.

*Ela tem tido conversado.

(104) Ela ia conversando.

?Ela tinha ido conversando.

(105) Ela ia conversar.

?Ela tinha ido conversar.

(106) Ela anda conversando.

Ela tem andado conversando.

Como se vê, nenhum dos verbos citados por Soares Barbosa pode ser considerado auxiliar, além dos já citados anteriormente: as construções "Ter + pp" (103) e "ir + ger" (104). Neste último caso, ressalte-se, somente quando não houver sentido espacial.

b) Segundo Said Ali

As construções de verbo auxiliar, segundo esse autor, são os seguintes:

1. Ser + pp. (passivo)
2. estar + ger.
3. estar a + inf.
4. ter + pp (concluso)
5. haver + pp.
6. ter de + inf.
7. haver de + inf.
8. ir + ger.
9. vir - ger.
10. ir + inf.

11. andar + ger.
12. tornar a + inf.
13. continuar a + inf.
14. acabar de + inf.

b.1. - Excluimos os verbos preposicionados pelas razões já apresentadas em a.1., pág.

b.2. - Analisando as demais construções, aplicando-se o nosso critério, teremos:

- (107) Ela é amada.
Ela tem sido amada.
- (108) Ela está amando.
Ela tem estado amando.
- (109) Ela tem amado.
*Ela tem tido amado.
- (110) Ela há comido.
*Ela tem havido comido.
- (111) Ela vai conversando.
?Ela tem ido conversando.
- (112) Ela vem conversando.
?Ela tem vindo conversando.
- (113) Ela vai trabalhar.
*Ela tem ido trabalhar.
- (114) Ela anda trabalhando.
Ela tem andado trabalhando.

Portanto, chegamos às mesmas conclusões já mencionadas: são auxiliares os verbos TER e HAVER mais particípio passado e os verbos IR e VIR; dependendo do sentido que apresen-

tarem.

c) Segundo Chaves de Mello

Diferentemente dos casos vistos até agora, Gladstone Chaves de Melo acrescenta as construções "dever + inf." e "poder + inf.". Assim, aplicando tais construções ao nosso critério, obteremos:

(115) Ela pode trabalhar.

(116) Ela tem podido trabalhar.

(117) Ela deve trabalhar.

*(118) Ela tem devido trabalhar.

Portanto, o verbo *dever* será considerado auxiliar, já que a construção com o particípio passado é inaceitável. O verbo *poder* admite a forma participial no passado, o que implica não o considerarmos auxiliar, mas, principal.

O verbo *dever* traz um problema, porque a forma participial é aceitável para uns e inaceitável para outros. A menos que se encontre uma explicação melhor, deve-se considerá-lo auxiliar. Entretanto, torna-se fácil observar que a mesma dificuldade aparece com o perfeito, que tem uso bastante restrito:

(119) Ela deveu trabalhar.

Deve ser uma razão puramente semântica a que torna estranho, mas possível, o perfeito e o particípio desse verbo.

Ocorre, que, por outro critério, o da negativização, esses mesmos verbos foram considerados principais (ver p. 41,). Em relação ao verbo *poder* não há problemas: ele é considerado principal em qualquer caso. E dever? Mesmo conside -

rando a possível aceitabilidade, é principal, segundo o critério da negativização, e auxiliar, segundo o da existência de particípio passado. Haverá, então, hierarquia de critérios? Não é o que queremos.

d) Segundo Bechara e Kury

Estes autores apresentam como verbos auxiliares diferentemente dos anteriores: "ficar + pp", "querer + inf.", "desejar + inf.", "odiar + inf.", "tentar + inf.", "fazer + inf.", "deixar + inf." e "mandar + inf.". Vejamos:

- (120) A casa ficou construída.
- (121) A cada tinha ficado construída.
- (122) Ela quis sair.
- (123) Tinha querido sair.
- (124) Ela desejou sair.
- (125) Tinha desejado sair.
- (126) Ele odeia estudar.
- (127) Ele tem odiado estudar.
- (128) Ele tentou trabalhar.
- (129) Tinha tentado trabalhar.
- (130) Ele fez calar o frade.
- (131) Tinha feito calar o frade.
- (132) Ele deixou ficar.
- (133) Tinha deixado ficar.
- (134) Ela mandou sair.
- (135) Tinha mandado sair.

Como se observa, todos esses verbos admitem a forma participial no passado. São, segundo o critério apresentado, verbos principais.

4.3. - Façamos algumas considerações, neste momento, sobre algumas questões pertinentes.

4.3.1. - Inicialmente, temos em diversas ocasiões, mencionado a aceitabilidade de determinadas construções. Como sabemos é aceitável o enunciado que é a um tempo gramatical (ou seja, conforme às regras gramaticais) e facilmente compreendido ou naturalmente emitido pelos falantes. É, portanto, um conceito ligado também às regras definidas pela situação (contexto) ou pelas propriedades psicológicas do sujeito. Há conseqüentemente, graus de aceitabilidade que implicam casos limítrofes em que haverá oscilação de julgamento por parte dos falantes.

4.3.2. - Em segundo lugar, vimos que o verbo "dever", nos oferece um problema: não é auxiliar pelo critério da negatização e o é pela carência de participio. O que fazer?

a) É preciso agora estender o número desses verbos problemáticos, em que devem entrar ainda os verbos PARECER e COSTUMAR. São todos verbos modais que parecem ocupar sempre a primeira posição numa seqüência verbal qualquer, não admitindo nunca a anteposição de outro verbo. Confira!

*(136) João tem devido estudar.

*(137) João está devendo estudar/trabalhar.

*(138) João tem estado devendo estudar.

(139) Ela costumava trabalhar à noite.

*(140) Ela tinha costumado trabalhar à noite.

Mas

(141) João deve ter estudado.

(142) João deve estar estudando.

(143) João deve ter estado estudando.

Tal fato já não ocorre com poder.

(144) João tem podido estudar

(145) João está podendo estudar.

(146) João tem estado podendo estudar.

Tal restrição sintagmática explicaria a impossibilidade da construção com o particípio passado com o verbo DEVER. É pequena, entretanto, a ajuda desta restrição, porque a inaceitabilidade do particípio e do verbo anterior parece não ser total.

b) Outra opção que se nos apresenta é estabelecer uma precedência de critérios: considerar-se-ia, por exemplo, que o critério da negação seria mais importante que os demais, devendo, pois, ser aplicado em primeiro lugar.

c) Outro princípio, extremamente ligado ao anterior, seria considerarmos um conjunto de critérios, igualmente válidos.

4.4. - Queremos crer que essa última hipótese é a melhor. Como vimos à pág. 39 "Critérios escolhidos", há princípios, como a existência de sujeitos diferentes, por exemplo, que servem à nossa análise. Portanto, há mais de um critério. No entanto, não há motivo para se considerar que um qualquer tenha precedência sobre o outro: seria uma explicação "ad hoc".

Além daqueles critérios examinados no item 2 do Capítulo II, que incluíam a existência de sujeitos diferentes, e possibilidade de construções completivas e a negatização, outros devem, aqui, ser colocados:

4.4.1. - Circunstante de tempo

As seqüências verbais coesas não admitem a incidência de um circunstante temporal variando de acordo com sua posição na oração.

Assim, em

(147) Amanhã ele quer partir (no domingo).

(148) Ele quer partir amanhã.

podemos dizer que não há verbo auxiliar, porque "amanhã" pode referir-se a "querer" ou a "partir".

4.4.2. - Flexão e Forma Nominal

Já mencionamos à pág. 45 que não haverá auxiliar se o segundo verbo da seqüência tiver concordância em gênero, número ou pessoa, ou seja, a forma verbal flexionada nunca pode ser considerada principal.

4.4.3. - Função Sintática

Pode-se dizer que não haverá verbo auxiliar se o segundo verbo puder ter outra interpretação sintática, ou, por outras palavras, se ele puder ser analisado sintaticamente como uma função substantiva.

Assim, em

(149) Eu quero viajar.

pode-se perfeitamente perguntar: "o que que quero?" A resposta será o segundo verbo: "viajar", o que sintaticamente equivale a um objeto direto, ou seja, uma função substantiva. Por isso, não teríamos no exemplo verbo auxiliar.

Mas, em

(150) Eu tinha partido.

a pergunta "O que eu tinha?" Não tem a resposta conforme a análise proposta. "Partido" não pode ser analisado como uma função substantiva. Apenas, em termos, metalinguísticos é que tal pergunta teria cabimento.

4.4.4. - Complementação

O verbo auxiliar não pode ter complementos ou adjuntos privativos.

Assim, em

(151) Ele vai *ao térreo* pegar o elevador.

"ao térreo" é um adjunto locativo de "vai" o que impede a classificação deste verbo como auxiliar nesse contexto.

O mesmo pode ser verificar em

(152) Ele quer muito viajar amanhã.

em que "muito" é um intensificador de "quer".

4.5. - CRÍTICA FORMAL

Quase sempre é possível estabelecer um princípio que elimine determinado verbo, mas se trata de um critério particular e eventual, puramente "ad hoc": por isso, sem maior valor. Importam as normas que se possam aplicar ao conjunto dos verbos que admitem um segundo ao pé de si.

Assim, Lobato acolhe como auxiliar o verbo ESTAR seguido de gerúndio. Para eliminá-lo da classe dos auxiliares,

bastaria propor a norma seguinte: O verbo auxiliar não admite variantes sintáticas do segundo verbo.

Ora, o verbo ESTAR as admite:

(153) Estou trabalhando.

(154) Estou a trabalhar.

Logo, o verbo *estar* não é auxiliar, quando seguido de gerúndio, porque este alterna com o infinitivo preposicionado.

Curiosamente, este critério confirmaria a auxiliaridade do verbo *vir* seguido de gerúndio, porque o gerúndio e o infinitivo preposicionado não se comportam como variantes:

(155) A chuva vem sendo abundante.

(156) A chuva vem a ser abundante.

A diferença de comportamento do perfeito corrobora o nosso julgamento:

(157) *A chuva veio sendo abundante.

(158) A chuva veio a ser abundante.

2. Na verdade, esses critérios são úteis na análise do nosso assunto. Todavia, esses e outros que possam ser aventados são *casos* particulares. Desta forma, sempre teremos listas de critérios, o que nos parece inconcebível.

Um estudo sobre esses critérios em conjunto revelamos, na verdade, que há algo comum a todos: é o princípio de que a seqüência verbal em que há verbo auxiliar deve ser una, coesa, formando um todo sintático-semântico indissolúvel. A partir dessa idéia, podemos formular, não mais um caso, mas uma regra genérica a que todos os casos estejam subordinados:

"o verbo auxiliar ou o principal não podem ter relações sintáticas privativas ou fundamentais".

A razão teórica dessa regra é óbvia: se quaisquer dos verbos tiver funções sintáticas próprias, a seqüência verbal não será una, coesa, não se podendo, nesse caso, falar-se em verbo auxiliar.

Examinando, agora os casos apresentados à luz da regra proposta, veremos que ela é aplicável.

4.5.1. - Sujeitos diferentes

Nos casos examinados, em que cada um dos verbos da seqüência tem seu próprio sujeito, como em

(159) Vi-o sair.

a regra se aplica perfeitamente, já que o sujeito é particular a cada verbo. Desnecessário seria dizer que o sujeito é uma função sintática.

4.5.2. - Circunstante de tempo, negatização e complementação

Esses casos são faces do mesmo problema. Ter cada um dos verbos de seqüência, o seu próprio circunstante, seja ele de tempo, de negação, de intensidade, ou qualquer outro, revela a função sintática privativa de quaisquer dos verbos da seqüência.

É o que se verifica em:

(160) Ele quer muito viajar.

(161) Ele quis ontem viajar no domingo.

(162) Ele não quer viajar.

(163) Ele quer não viajar, mas ficar estudando.

(164) Ele foi ao térreo pegar o elevador.

Como se vê, a regra é a mesma.

4.5.3. - Possibilidade de Construções Completivas e Função Sintática

Nesses casos, também, nos parece estar-se falando da mesma coisa. Quando se desdobra uma forma nominal, como em

(165) Vai sair.

(166) Vi que saía.

O que se está revelando é a função sintática própria do segundo verbo, o que implica ser ele dependente, subordinado ao primeiro verbo: este, sim, poderia ser o principal da seqüência.

Exatamente o mesmo se verifica em

(167) Eu quero viajar.

Quero o quê? Viajar: O infinitivo tem uma função sintática específica: objeto direto.

4.5.4. - Flexão de Forma Nominal

Finalmente, nos casos em que o segundo verbo apresenta flexão em gênero, número ou pessoa, a regra se aplica com evidência. Gênero, número e pessoa são casos de concordância e esta é evidentemente uma relação sintática.

4.5.5. - Tendo em vista o exposto, propomos dois critérios apenas para a análise pretendida:

O verbo será auxiliar se houver:

- I. a ausência de relações sintáticas próprias (privativas ou fundamentais).⁸
- II. a carência de participio passado ou do pretérito perfeito.⁹

Deve-se destacar que a possibilidade de aplicação de qualquer dos critérios excluirá o verbo em questão da lista de auxiliares.

Dessa forma, o verbo DEVER fica excluído pelo critério I:

- (168) João deve vir.
- (169) João não deve vir.
- (170) João deve não vir.
- (171) João não deve não vir.

⁸Entende-se por relações **fundamentais** as de núcleo de qualquer função sintática. **Privativas** são as que determinam exclusivamente um termo qualquer em uma frase.

⁹Aqui, é necessário frisar que mantemos os dois critérios acima por razões de maior clareza. Na verdade, entendemos que o critério II se inclui no I. Isso porque, se o verbo admite a forma participial no passado ou o pretérito perfeito, então ele terá uma relação sintática privativa, qual seja a de núcleo do predicado. Assim, em

- (A) Ele pôde sair.
- (B) Ele tinha podido sair.

Em (B) se comprova que **poder** não é auxiliar, logo, temos dois verbos principais, ou seja, duas orações. Assim,

Ele tinha podido / sair
1ª oração 2ª oração

em que "podido" será núcleo do predicado verbal da primeira oração. Portanto, temos apenas um único critério: Verbo auxiliar é aquele que não admite relações sintáticas próprias.

4.5.6. - Em conclusão:

Portanto, podemos dizer que apenas os verbos *ter* e *haver* têm sempre a análise de verbos auxiliares quando aparecem como primeiro verbo de uma seqüência verbal:

(172) Ela *tinha* amado.

* (173) Ela *tinha tido* amado.

(174) Ela *havia* amado.

* (175) Ela *tinha havido* amado.

Todavia, essa não é uma relação fechada, estanque. (Aliás, atrevemo-nos a dizer que nada na língua é estanque: a mudança é permanente). Como vimos, os verbos *ir* e *vir* também podem, em determinadas circunstâncias, ser classificados como auxiliares:

(176) Ela *ia* ficar aqui.

* (177) Ela *tinha ido* ficar aqui.

(178) Ela *vem* trabalhando demais.

(179) Ela *tem vindo* trabalhando demais.

Mas,

(180) Ela *vem* trabalhar.

(181) Ela *tem vindo* trabalhar.

(182) Ela *vai* viajar.

(183) Ela *tem ido* viajar.

É de se frisar que nesses casos dos verbos *ir* e *vir* estamos diante de casos de polissemia: tanto, o primeiro quanto o segundo verbo apresentam significados vários conforme o contexto, somente podendo ser considerados auxiliares em conformidade com o critério semântico, como vimos à pág. 46,

ou seja, havendo perda de seus significados originais.

CAPÍTULO IV

INTERSECÇÃO DE CRITÉRIOS

CAPÍTULO IV

INTERSECÇÃO DE CRITÉRIOS

É interessante observar-se que os verbos TER e HAVER ficam aprovados pelo conjunto intersecção dos critérios examinados. Vejamos os mais importantes:

1. unidade de sujeito;
2. impossibilidade de construções completivas;

Esses critérios excluíram os verbos *mandar*, *fazer* e variantes, apenas os chamados sensitivos, os causativos, os *dīcendi*, os de suposição e os de aparências (*parecer*).

3. circunstante de tempo.

O teste de incidência de um circunstante temporal elimina também os *volitivos*.

(184) Amanhã ele quer partir
(-----)

(185) Ele quer partir amanhã.
(-----)

4. A passivação.

Este critério elimina muitos verbos de desenvolvimento, como:

(186) João animou-se a ler o livro.

(187) O livro animou-se a ser lido por João.

5. negativização

Com a negativização permanecem na classe dos auxiliares "ser + pp", "estar + ger.", "ter + pp", "haver + pp".

Portanto, os critérios examinados apresentam *ter* e *haver* como auxiliares.

CAPÍTULO V

VERIFICAÇÃO

CAPÍTULO V

VERIFICAÇÃO

À guisa de testagem, escolhemos um texto de uma revista semanal de circulação nacional. Trata-se do artigo "Basta um peteleco", entrevista com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que se encontra nas páginas amarelas da revista VEJA, nº 48, Ano 24, Edição 1210 de 27 de novembro de 1991, páginas 7 a 10. (A íntegra do artigo se acha em anexo).

Examinaremos as locuções encontradas na seqüência do texto, aplicando o critério proposto.

1. ... as pontes vão desabando, mas sigo firme.
* as pontes têm ido desabando ...
2. ... conseguimos evitar a euforia ...
temos conseguido evitar a euforia ...
3. ... não se pode encarar uma inflação de 25% ...
não se tem podido encarar ...
4. ... O governo Collor vem fazendo isso.
? o governo Collor tem vindo fazendo isso.
5. ... O governo ... está sujando ...
... tem estado sujando ...
6. ... o papai não é tão poderoso quanto parecia ser.
... quanto tem parecido ser.
7. Todos devem dar sua parcela ...
* Todos tem devido dar sua parcela ...

Mas, todos não devem dar ... / Todos devem não dar ...

8. Os parlamentares recebem os projetos ... como um desafio que devem derrubar ...

* ... que têm devido derrubar ...

Mas, ... que não devem derrubar ... / .. que devem derrubar ...

9. ... se o Congresso vai votar o projeto ...

* tem ido votar ...

10. ... o governo está trabalhando ...

... tem estado trabalhando ...

11. ... o governo ... procura contribuir ...

... tem procurado contribuir ...

12. ... uma proposta que irá aumentar a arrecadação ...

* ... tem (terá) ido aumentar ...

13. O Congresso está estudando a reforma ...

... tem estado estudado ...

14. ... O Congresso ... uma batata quente que precisa jogar fora ...

... que tem precisado jogar ...

15. ... tudo estaria resolvido ...

... teria estado resolvido ...

16. ... não se pode viver ...

... não se tem podido viver ...

17. ... o maior mérito tem sido

* ... tem tido sido ...

18. ... o Brasil pode se enxergar ...

... tem podido se enxergar ...

19. ... cada um desses projetos for concluído ...

- ... tiver sido concluído ...
20. ... um país que vem fazendo sucesso ...
? tem vindo fazendo ...
21. ... não se pode imaginar ...
... não se tem podido imaginar ...
22. (O Brasil) tentou investir nos países ...
... tem tentado investir ...
23. ... outras três foram privilegiadas ...
... têm sido privilegiadas ...
... têm sido privilegiados ...
24. ... o capital está afastado do Brasil ...
... tem estado afastado ...
25. ... esse superávit deverá subir para 4% ...
* ... tem (terá) devido subir ...
Mas, ... não deverá subir ... / ... deverá não subir ...
26. Essa carta não deve dormir em gaveta ...
* ... tem devido dormir ...
Mas, ... não deve dormir ... / ... deve não dormir ...
27. Não se pode dizer que ...
... não se tem podido dizer que ...
28. ... não pode ser atendido ...
... não tem podido ser atendido ...
29. ... nunca precisei ligar ...
... nunca tenho precisado ligar..
30. ... o ministro Marcílio aparenta ser pouco ativo.
... tem aparentado ser ...
31. O perfil ativo ... podia ser necessário ...
... tem podido ser ...

32. A equipe ... *evitar agir* ...
... tem evitado agir ...
33. *Sō posso entender* ...
... tenho podido entender ...
34. O presidente ... *costuma pedir* ...
? ... tem costumado pedir ...
35. Esses consumidores ... *não podem adiar gastos* ...
... têm podido adiar ...
36. ... problema ... que *deve ser superado*
* ... tem devido ser ...
Mas, ... *não deve ser* ... / ... *deve não ser* ...
37. *Não é reduzindo* a massa ...
Não tem sido reduzido ...
38. ... *vamos construir* um país ...
* ... temos ido construir ...
39. ... *Não adianta querer resolver* tuas ...
Não tem adiantado ter querido resolver tudo ...
40. ... medo de *ser seqlestrado* ...
... de ter sido seqlestrado ...
41. ... e muitos já *foram seqlestrados* ...
... têm sido seqlestrados ...
42. *E de ser preso* ...
E de ter sido preso ...
43. Também *posso ser preso* ...
Também tenho podido ser preso ...
44. ... *serei preso* ...
... terei sido preso ...
45. ... as atividades ... *podem prejudicar* meu desempe-
nho ...

- ... tem podido prejudicar ...
46. ... os preços *sejam cotados* em cruzeiros.
... tenham sido cotados ...
47. O pagamento ... é feito em cruzeiros.
... tem sido feito ...
48. A dolarização ... vem funcionando ... bem.
... tem vindo funcionando ... bem.
49. Já *foram vendidas* as companhias ...
... tem sido vendidas ...
50. O número ... *já reduzido* em 30%.
... tem sido reduzido
51. Isso pode vir ...
... tem podido vir ...
52. não poderá ser uma instituição independente ...
... não tem (terá) podido ser ...
53. ... o Senhor está lendo ...
... tem estado lendo ...
54. Não vou dar ...
* Não tenho ido dar ...

1. DIFERENÇAS DE SIGNIFICADO

Como se percebe, das 54 seqüências verbais poucas são aquelas em que claramente se tem verbo auxiliar; são as de número 1, 9, 12, 17, 38 e 54. Apenas seis construções. Ressalte-se que nelas ocorrem apenas três verbos: ir, dever, ter. Ao todo são dezessete verbos diferentes: ir, conseguir, poder, vir, estar, parecer, dar, dever, procurar, precisar, ter, ser, tentar, apresentar, evitar, costumar e adiantar.

Há algumas construções ambíguas: 4, 20, 48. Nelas se

observa a presença dos verbos *ir* e *vir*. Já apontamos em outra parte desta dissertação as razões da ambigüidade. São verbos em que há evolução do seu conteúdo semântico, não se podendo precisar, nas frases citadas, qual o sentido específico apropriado.

Vê-se, assim, que as nossas expectativas se confirmam: poucos verbos auxiliares e baixa freqüência de ocorrência.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Tínhamos, ao início deste trabalho, objetivos que, pensávamos, eram simples: após fazer um estudo dos diversos trabalhos existentes na área das locuções verbais, tentar estabelecer critério ou critérios sintáticos que reduzissem a profusão de princípios que norteiam tal assunto. Com esse estudo, procuraríamos colaborar com a pesquisa e o ensino desse assunto. Como consequência de nosso trabalho, achávamos que iria surgir um número reduzido de verbos auxiliares.

E foi o que fizemos. Mas a tarefa não se revelou simples como pensávamos.

Estudamos os principais trabalhos feitos sobre o assunto e o que se revelou foi uma profusão de critérios, adotados às vezes, até por um mesmo autor. Alguns deles chegam a se contradizer, como vimos acontecer com Said Ali, com o verbo *mandar*. Todavia, frise-se foi esse mestre que mais profundamente estudou o assunto e nos forneceu dados para estabelecermos os critérios adotados. Ressalte-se que em todos os trabalhos examinados, o critério semântico estava presente, mas com a fluidez que a semântica implica.

Ao nos debruçarmos sobre o trabalho de autores modernos, um dentre eles se sobressaiu: o de Lúcia Lobato, *Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo. Critérios de Auxiliaridade*.

Destacou-se porque a autora elencou todos os critérios havidos até então, hierarquizando-os. Não podemos negar o nos-

so débito a esses dois autores: são eles o pilar de nossa dissertação. Todavia, procurávamos uma simplificação da abordagem de tal tópico e não concordávamos, como não concordamos, com uma escala de critérios: consideramos que se há vários critérios para uma determinada tarefa, todos eles devem ser concordes, não escalonados.

Após tais estudos, observamos que nenhuma conclusão objetiva poderia ser alcançada.

Fizemos, então, o nosso trabalho. De início, propusemos o esclarecimento de alguns conceitos pertinentes ao assunto, não só para facilitá-lo, mas também para contribuir com os mestres e pesquisadores desse tópico, já que, como havéramos visto anteriormente, a nomenclatura é bastante confusa.

Após tais colocações, procuramos examinar as assim chamadas locuções verbais, sob três aspectos: o semântico, o prosódico e o sintático e, ao examinar este último, propusemos os nossos critérios.

Prosodicamente, pouca coisa pôde ser dita que tivesse objetividade para a nossa finalidade: apenas que a locução verbal apresenta intensidade média. Mas tal critério nem sempre é facilmente perceptível. Como vimos em *Dei às meninas lindas revistas* é a intensidade que marcará se são *as meninas* ou *as revistas* que são *lindas*. Mas, com os verbos, a intensidade não se comporta tão simplesmente. E, ainda, como analisá-la num texto escrito? Mas, não fica dúvida de que, havendo intensidade 2, objetivamente percebida, haverá locução.

Dessa forma, procuramos priorizar os critérios semântico e sintático.

Observamos, já nos estudos dos primeiros gramáticos, a

imprecisão que a semântica implica: dizer se houve ou não modificação do conteúdo significativo original de um verbo, nem sempre é tarefa fácil e, pior, quase nunca é objetiva. Todavia, há casos em que tal se dá: é o que vimos acontecer com os verbos IR e VIR. Por isso, estabelecemos que um verbo *pode* ser usado como auxiliar se, e somente se, houve perda evidente de seu significado original.

Apontamos, então, o nosso critério sintático: o verbo auxiliar, porque é obrigatoriamente o primeiro verbo de uma seqüência verbal, não admite a forma participial no passado, pois aceitar tal forma implicaria ficar numa posição que não é a de verbo auxiliar.

Importantíssimo para nós foi que, ao examinarmos alguns exemplos, vimos que o nosso critério e o semântico coincidem. Não é, portanto, um princípio estabelecido "ad hoc": os fatos vieram ao encontro da teoria. Todavia, tivemos que aceitar verbos, que "tradicionalmente" são analisados como principais, como auxiliares: é o caso do verbo VIR e IR. Mas, qual a análise que "tradicionalmente" se faz do assunto? Que critérios se mostram "tradicionalmente" pra deslindar tal assunto? Como já apontamos, não há uma, mas várias análises e vários critérios. Nunca houve objetividades nos estudos "tradicionais". Assim, preferimos aceitar a novidade, porque fundamentada, a repetirmos o que sempre se disse *sem objetividade*.

Procuramos, então, examinar os casos apontados costumadamente como critérios para a distinção auxiliar/auxiliante e concluímos que são elementos parciais de uma regra maior. Assim, formulamos um princípio geral: Verbo auxiliar é o que não admite relações sintáticas próprias (privativas ou funda-

mentais).

Finalmente, procuramos examinar nossa dissertação à luz do português contemporâneo. Nossa dissertação não é uma pesquisa de campo; por isso escolhemos apenas um artigo de importante veículo de circulação nacional para que a linguagem fosse representativa da contemporaneidade: as páginas amarelas da Revista VEJA nº 48. Como esperávamos, os resultados confirmaram a nossa teoria que, na verdade, em embrião, pertence a Said Ali.

Muitos problemas ficaram expostos, mas nos ativemos aos objetivos propostos. Esperamos que os tenhamos cumprido e que outros estudos venham a elucidar as falhas (que não devem ser poucas) apresentadas.

--REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALI, M. Said. Dificuldades da Língua Portuguesa. 5. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.
- 2 _____. Gramática Secundária e Histórica de Língua Portuguesa. 3. ed., Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1964.
- 3 _____. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 5. ed., S. Paulo, Melhoramentos, 1964.
- 4 ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. 23. ed., São Paulo, Saraiva, 1971.
- 4 BACK, Eurico e MATTOS, Geraldo. Gramática Construtural da Língua Portuguesa. S. Paulo, FTD, 1972.
- 5 BARBOSA, Jeronymo Soares. Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa. 5. ed., Lisboa, Typographia da Academia Real de Sciencias, 1871.
- 6 BARROS, João de. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed., Org. por José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade Astória Ltda., 1957.
- 7 BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 22. ed., S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- 8 BRANDÃO, Cláudio. O Particípio Presente e o Gerúndio em Português. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933.
- 9 BUENO, Francisco da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa: Curso Superior. 7. ed., São Paulo, Saraiva, 1956.
- 10 _____. A Formação Histórica da Língua Portuguesa. 2. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1958.
- 11 CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Princípios de Linguística Geral. 4. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1967.
- 12 _____. Dicionário de Filologia e Gramática. 7. ed., Rio de Janeiro, J. Ozon Ed., 1977.
- 13 COSERIU, Eugenio. Estudios de Linguistica Românica. Madrid, Editorial Gredos S.A., 1977.
- 14 CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1970.

- 15 DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. Syntaxe Histórica Portuguesa. 3. ed., Lisboa, Clássica Ed., 1970.
- 16 DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de Lingüística. S. Paulo, Cultrix, 1978.
- 17 GÓES, Carlos. Methodo de Analyse. 2. ed., Rio de Janeiro, Gráfica Sauer, 1943.
- 18 KURY, Adriano da Gama. Lições de Análise Sintática. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960.
- 19 LIMA, Carlos Henrique da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 10. ed., Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia., 1964.
- 20 LOBATO, Lúcia M.P. Os Verbos Auxiliares em Português. Critérios de Auxiliaridade in Análises Lingüísticas. Rio de Janeiro, Vozes, 1975.
- 21 MACIEL, Maximino. Grammatica Descriptiva. 12. ed., Rio de Janeiro, F. Alves, 1931.
- 22 MELO, Gladstone Chaves de. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1968.
- 23 OITICICA, José de. Manual de Análise. Rio de Janeiro, Gráfica Sauer, 1919.
- 24 PEREIRA, Eduardo Carlos. Grammatica Expositiva: Curso Superior. 106. ed., S. Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1957.
- 25 PONTES, Eunice. Verbos Auxiliares em Português. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1973.
- 26 POTTIER, B. "Un elemento descuidado por la descripción linguística: el grado de unión de los morfemas". In: Lingüística Moderna y Filología Hispanica. Madrid, Gredos, 1968.
- 27 RIBEIRO, Ernesto Carneiro. Serões Gramaticais ou Nova Gramática Portuguesa. 5. ed., Bahia, Progresso ed., 1950.
- 28 RIBEIRO, João. Grammatica Portuguesa: Curso Superior. 19. ed., Rio de Janeiro, F. Alves, 1920.
- 29 RIBEIRO, Júlio. Grammatica Portuguesa por Julio Ribeiro. S. Paulo, Typ. de Jorge Sechler, 1881.
- 30 TERRA, Ernani. Curso Prático de Gramática. S. Paulo, Ed. Scipione Ltda., 1991.

ANEXO

ENTREVISTA: FRANCISCO GROS

Basta um peteleco

O presidente do BC diz que a situação está ruim, mas que o capital externo voltará e que só falta um pequeno ajuste para arrumar a economia

VIVALDO DE SOUZA

Quase cinquentão, dono de diplomas com o timbre das universidades americanas de Columbia e Princeton, o carioca Francisco Gros, presidente do Banco Central, tem um estilo acomodado e circunspeto. Chama o seu chefe imediato, o ministro da Economia, de "doutor Marcílio" e recebe as pessoas em seu gabinete com gestos medidos. Criado numa família com dupla nacionalidade (pai francês e mãe brasileira), Gros está no segundo casamento e tem três filhos — os três do primeiro casamento —, gosta de pescar e, provavelmente, a coisa mais movimentada que faz em público são as partidas de tênis, outro de seus esportes. No estilo e na velocidade, ele é parecidíssimo com o doutor Marcílio, a quem conhece desde 1981, época em que os dois trabalharam no Unibanco. Na direção de um departamento federal que está no miolo da confusão econômica, Francisco Gros admite que se sente um pouco como o personagem do cineasta Steven Spielberg, o arqueólogo Indiana Jones, pulando de um perigo para outro. "A diferença é que os perigos, aqui, são reais", diz.

É a segunda vez que Gros ocupa o salão do 20º andar do Banco Central. Foi presidente do BC num mandato relâmpago, de fevereiro a abril de 1987. O ministro da Fazenda era Dilson Funaro, inventor dos choques econômicos, e Gros, à época, chancelou a primeira moratória da dívida externa brasileira. Curiosamente, volta a comandar o BC num tempo em que o ministro Marcílio se esforça para apagar o trauma dos choques da memória do país. "O ministro Marcílio patrocina a era do não pacote, do não choque, do não susto", diz. Nesta entrevista a VEJA, Gros fala das dificuldades do Brasil com uma clareza que é pouco comum às autoridades federais.



"Foi-se o tempo do papai Estado todo-poderoso. Ele não é tão poderoso quanto parecia ser"

Mostra também muito otimismo. Para ele, com algumas providências — o acordo com o FMI, por exemplo — e um peteleco, o país entra na linha.

VEJA — Como o senhor se sente trabalhando num governo que gerencia a maior crise da História brasileira?

GROS — Como membro da equipe econômica, eu me sinto na situação do Indiana Jones passando de um apuro para outro, ininterruptamente. Atrás, as pontes vão desabando, mas sigo firme. Tal qual o Indiana Jones, a gente escapa sempre por um triz. A vantagem é que, igual ao

Indiana Jones, continuamos a encontrar caminhos alternativos e atalhos. Na comparação, a grande diferença é que o Indiana Jones existe na ficção e aqui os perigos são reais.

VEJA — O senhor está desanimado?

GROS — Eu não. Você já viu o Indiana Jones desanimado?

VEJA — Falando de perigos reais, por que se tem a impressão de que o país atravessa uma fase de calmaria?

GROS — Essa calmaria é apenas aparente. Os problemas continuam aí, fortes como sempre. Não vejo sinais de desespero como nos acostumamos no passado por dois motivos. Primeiro, o ministro Marcílio patrocina a era do não choque, do não pacote, do não susto. Depois, decorrente disso, conseguimos evitar a euforia, a excitação. O Banco Central deixou o mercado de ouro, houve quem anunciasse a hiperinflação, e nos últimos dias o ágio do dólar esteve na casa dos 9%, menos do que antes da corrida. A seguir esperava-se um pacote. Também não veio. Quando se constatou que nem a hiper nos

atropelou e tampouco o ágio explodiu, os mais atentos passaram a observar mais e chutar menos.

VEJA — É bom sinal constatar que as pessoas estão calmas porque o governo não fez nada?

GROS — É preciso reconhecer que o Brasil tem à frente uma série de problemas, para não usar a palavra crise. Mesmo no governo devemos admitir em nossas conversas que a situação é grave. É óbvio que não se pode encarar uma inflação de 25% como um patamar correio. Além disso, as saídas ideais sur-

gem na forma de soluções a médio prazo, vinte meses por exemplo. O governo Collor vem fazendo isso. Há algum tempo o próprio presidente foi à televisão dizer que a crise é grave. O governo tem grande responsabilidade na virada do país e está brigando de frente com o touro da inflação. Mas a sociedade tem de estar unida nessa campanha. Foi-se o tempo do papai Estado todo-poderoso que tudo podia, que fazia e acontecia. Constatase agora que o papai não é tão poderoso quanto parecia ser. Todos devem dar sua parcela e há muita gente nessa luta.

VEJA — *Dê exemplos.*

GROS — O Congresso Nacional é um bom exemplo. Os parlamentares já não recebem os projetos do Executivo como um desafio que devem derrubar a qualquer custo. Não importa se o Congresso vai votar o projeto na íntegra ou modificá-lo. O importante é que ele reconhece a existência de um problema no país, percebe que o governo está trabalhando para contorná-lo e procura contribuir, mesmo alterando a proposta original. Por exemplo, é o caso do projeto de reforma tributária. O Executivo mandou uma proposta que irá aumentar a arrecadação do governo e ajudar a produzir um superávit sem o qual dificilmente fecharemos um acordo com os bancos credores internacionais. O Congresso está estudando a reforma tributária e pode até emendá-la. O fato novo é que o Congresso já não encara a reforma como uma batata quente que precisa jogar fora a qualquer custo. Em vez disso, luta para descascá-la.

VEJA — *Existe mesmo algum motivo para o otimismo?*

GROS — O pessimismo de agora só é tão grande porque os brasileiros desceram abruptamente de vários picos de euforia. Houve a euforia da saída do regime militar. Depois, acreditou-se que tudo estaria resolvido com a eleição de Tancredo Neves e com o Plano Cruzado. Veio então a febre da Constituinte e finalmente as eleições diretas para presidente. Hoje percebe-se que não se pode viver de emoções passageiras. O Brasil demorou demais a reconhecer que tinha problemas profundos, sobretudo um monumental déficit social. Isso só aconteceu com o governo Collor, cujo maior mérito tem sido o de introduzir novas discussões sobre o papel do Estado na sociedade. Com o pé no chão, o Brasil pode se enxergar em frente ao espelho para conferir sem máscaras seus próprios contornos.

VEJA — *E que contornos são esses?*

GROS — Melhoram a cada dia. O dinhei-

ro estrangeiro, por exemplo, está louquinho para fincar-se por aqui. A privatização, que começou tímida, é irreversível. A abertura da economia brasileira é uma realidade. A desregulamentação é outro programa memorável. Quando cada um desses projetos for concluído, os contornos do país serão apetitosos.

VEJA — *Vai demorar muito para esse novo visual aparecer?*

GROS — Não creio. Quem pensa que o Brasil está enclacrado esquece de fazer contas simples. Tome-se o exemplo da Argentina, um país que vem fazendo sucesso internacional. O PIB brasileiro é três vezes maior que o argentino. Mais que isso, nosso PIB industrial é dez vezes maior que o deles, porque a indústria

“O pessimismo de agora só é tão grande porque os brasileiros desceram vários degraus de euforia, abruptamente. O país demorou demais a reconhecer que tinha problemas profundos. Com o pé no chão, pode-se enxergar no espelho para conferir sem máscaras os seus contornos”

argentina está na lona e a nossa não. Então, não se pode imaginar que o Brasil é ruim. Além disso, o dinheiro internacional está disponível. Tentou investir nos países do Leste Europeu e constatou que o retorno não é tão grande quanto parece. Passou também na Venezuela, no México e colheu bons resultados. O capital então começou a andar por aqui. Os problemas na primeira tentativa de privatizar a Usiminas refrearam esse movimento positivo. Mas a Usiminas acabou vendida e outras três foram privatizadas em seguida. O país só não atrai capital em cachoeira neste momento porque ainda provoca um certo receio lá fora. Resolvido, por exemplo, o acordo com o FMI, basta um peteleco de ajuste que espante a insegurança e todos comemoraremos.

VEJA — *Peteleco?*

GROS — Peteleco, sim. A dívida externa brasileira é a menor da América Latina se comparada ao PIB de cada devedor. Para padrões internacionais, também é preciso lembrar que nossos terrenos, nossas empresas estatais, nossas ações, aquilo que o economês chama de ativos, estão baratos. O capital está afastado do Brasil pelo mesmo motivo que se separa um casal que se ama — desentendimento passageiro. A exemplo do casal, o capital viverá infeliz sem o Brasil e o Brasil precisa do capital. Ou seja, com uma dívida externa administrada e capital investido, o Brasil recebe o peteleco de que necessita para dar sua virada.

VEJA — *Qual a certeza de que a nova carta de intenções que o governo encaminha agora para o FMI, a 11ª até hoje, será diferente das outras, cujo destino final foi a gaveta de um técnico do Fundo?*

GROS — Redigimos uma proposta realista. A carta prevê que o governo brasileiro atingirá no ano que vem um superávit primário de 2,5% nas contas públicas. Em 1993, esse superávit deverá subir para 4%. O FMI se alimenta de números, faz contas e verifica se a proposta é ou não exequível. Essa é. Não deveremos, contudo, ter uma resposta definitiva do FMI para este ano. Em 19 de dezembro os funcionários do Fundo entram em férias e só retornam ao trabalho em janeiro. Avaliada pelos técnicos, a carta segue então para a direção que dá a palavra final. Essa carta não deve dormir em gaveta de técnico algum porque nossa proposta não dá espaço a maquiagem ou ilusão de ótica.

VEJA — *O governo tem controle sobre a inflação?*

GROS — Não se pode dizer que uma inflação alta esteja sob controle. É nossa meta reduzi-la e levá-la a níveis civilizados — aquele patamar de um dígito anual como ocorre nos países do Primeiro Mundo. Isso, no entanto, não pode ser obtido com artificialismo. Chega-se a esse paraíso com a eliminação das causas básicas da inflação: a falta de crédito público e o desajuste fiscal. De concreto, é fato que a inflação, nos níveis que está, inibe a atividade econômica.

VEJA — *Seu antecessor Ibrahim Eris falava regularmente com o presidente, o que era sinal claro de prestígio. Como é seu relacionamento com Collor?*

GROS — Formal. O presidente tem um interlocutor para assuntos econômicos, seu assessor direto, o ministro Marcílio. Conheci o presidente Collor em 1987, quando fui presidente do Banco Central pela pri-

meira vez e ele era governador de Alagoas. Foi um contato superficial. Hoje, ele me liga semanalmente e nunca precisei ligar diretamente para ele. O presidente me ligou, por exemplo, para cumprimentar pelo sucesso do primeiro leilão de NTN (Notas do Tesouro Nacional). Não me sinto menos prestigiado por isso. Não creio que a frequência dos contatos com o presidente seja uma forma adequada de aferir o prestígio do presidente do Banco Central. Ao contrário, as pessoas que defendem o Banco Central independente diriam que quanto menor a frequência dos contatos, melhor para os dois. A frequência dos contatos do doutor Ibrahim era reflexo do momento que a economia brasileira atravessava. Exigia-se naquela época um engajamento maior do presidente do Banco Central na condução de assuntos da área econômica. Hoje, estamos numa situação de maior tranquilidade.

VEJA — Diferente do senhor, o ministro Marcílio aparenta ser pouco ativo. Como se trabalha com alguém tão diferente?

GROS — O sucesso de uma equipe está na sintonia com que se trabalha e não na semelhança entre perfis. Quem conhece o ministro há muito tempo sabe que é um homem determinado e decidido. Classificá-lo de pouco ativo surge de comparações equivocadas. Sei que o ministro encara as críticas com senso de humor. O Brasil acostumou-se a ministros extremamente ativos que atuavam com grande firmeza em várias áreas. Ao que me consta o país sempre reclamou disso, sempre virou o nariz para essa conduta. O perfil ativo, tipo super-homem, podia ser necessário no passado. Ocorria quando a ingerência do governo na atividade econômica era excessiva. A interferência continua excessiva, mas queremos diminuí-la. Sempre houve intervenções através de soluções mágicas ou consertos tirados da cartola de algum economista brilhante. Deu no que deu. A equipe de Marcílio evita agir só pelo prazer de agir. Isso não a torna menos firme do que as outras. Só posso entender tais comentários como parte de um raciocínio que quer uma postura intervencionista.

VEJA — O presidente Collor costuma pedir às pessoas que pechinchem antes de comprar. Como é o consumidor Gros, comportado?

GROS — Não sou um bom exemplo, mas me comporto. Também não sou bom exemplo porque não estou na classe média. Podendo adiar uma compra, adio. Eu me comporto porque não sou um consumidor voraz. A maioria dos consumidores, contudo, gasta a maior parte de seus

rendimentos com gêneros de primeira necessidade. Esses consumidores, a maior parte da população, não podem adiar gastos. Isso decorre da queda do poder aquisitivo, problema da maior gravidade que deve ser superado. Não é reduzindo a massa de salários que vamos construir um país moderno, competitivo. Infelizmente, não adianta querer resolver tudo ao mesmo tempo.

VEJA — O carioca Gros tem medo de seqüestro?

GROS — Não tenho medo específico de ser seqüestrado. Evidentemente me preocupo com minha família. Como pai e como marido ligo sempre para saber como estão. Carrego comigo os medos de quem mora no Rio de Janeiro. Na cidade, nin-

“O país só não atrai capital estrangeiro em cachoeira neste momento porque ainda provoca um certo receio lá fora. Resolvido, por exemplo, o acordo com o Fundo Monetário Internacional, bastará um peteleco de ajuste que espante a insegurança e todos comemoraremos”

guém está a salvo e muitos já foram seqüestrados por engano.

VEJA — E de ser preso pela julza Selene, dá medo?

GROS — Houve dezenas de tentativas de me prender. Corro risco de prisão em virtude de ações pedindo o desbloqueio de cruzados novos. Também posso ser preso por algum descompasso jurídico qualquer. Se eu tiver que dormir na cadeia na defesa da lei, serei preso com orgulho.

VEJA — O senhor tem orgulho do trabalho de sua mulher, Isabel, que vende antiguidades em dólar?

GROS — Quando se aceita uma função pública, adotam-se padrões de comportamento que incluem sacrifícios. O nível de

sacrifício, contudo, tem limites. Eu os ultrapassaria se, em função de meu cargo, colocasse em risco as atividades empresariais de minha mulher. Não vejo como as atividades de Isabel podem prejudicar meu desempenho à frente do Banco Central. Ela tem dois negócios. Uma confecção no Rio de Janeiro, onde as regras de mercado determinam que os preços sejam cotados em cruzeiros. Seu outro negócio, em Brasília, um antiquário, segue também as leis de mercado. As antiguidades são avaliadas em dólar, pois têm cotação internacional. O pagamento, entretanto, é feito em cruzeiros.

VEJA — A dolarização da economia não seria um caminho possível para o Brasil?

GROS — A dolarização é apenas um aspecto do programa argentino e vem funcionando razoavelmente bem. O programa, no entanto, é mais amplo. A privatização, por exemplo. Já foram vendidas as companhias telefônicas e de aviação. Trata-se de um programa de privatização mais ambicioso que o brasileiro. Eles já fizeram um ajuste fiscal maior que o nosso. O número de funcionários públicos, por exemplo, foi reduzido em 30%. Como parte de um programa de ajuste, a Argentina adotou o dólar como a principal moeda da economia. Foi possível fazer por lá porque a Argentina está em crise há mais de cinquenta anos e o nível de desagregação era muito maior que no Brasil. O Banco Central argentino tinha em suas reservas dólares suficientes para a operação. No Banco Central brasileiro não temos dólares necessários para adotar um programa similar ao argentino.

VEJA — Se o Banco Central fosse hoje independente, o país estaria diferente?

GROS — É penoso imaginar que a independência do Banco Central será a solução para todos os problemas brasileiros. Isso pode vir a ser outra emoção passageira. O Banco Central de hoje regulamenta consórcios, política agrícola, habitacional, liquidações extrajudiciais etc. Enquanto for atribuição do Banco Central cuidar desses temas, não poderá ser uma instituição independente do governo. Um Banco Central independente cuida apenas da moeda. A matéria é controversa. Mais importante do que um Banco Central fora do governo é um governo fora do mercado. A auto-regulamentação da sociedade, acompanhada pelo poder fiscalizador do Executivo, é ideal. Se nesse mundo o Banco Central for independente, tanto melhor.

VEJA — Que livro o senhor está lendo atualmente?

GROS — Não vou dar essa colher de chá para ela. ■